

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Adler Bitencourt Barcellos Medeiros

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, CULTURAL E
ESPACIAL DA CIDADE EM TRÊS MAPAS TURÍSTICOS DE PORTO ALEGRE DO
PERÍODO DO FINAL DO SÉC. XX**

Porto Alegre

2022

Adler Bitencourt Barcellos Medeiros

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, CULTURAL E
ESPACIAL DA CIDADE EM TRÊS MAPAS TURÍSTICOS DE PORTO ALEGRE DO
PERÍODO DO FINAL DO SÉC. XX**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação a ser apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Ma. Marlise Maria Giovanaz.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Medeiros, Adler Bitencourt Barcellos

A representação da informação geográfica, cultural e espacial da cidade em três mapas turísticos de Porto Alegre do período do final do séc. XX / Adler Bitencourt Barcellos Medeiros. -- 2022.

65 f.

Orientadora: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. documento cartográfico. 2. mapa turístico. 3. informação. 4. representação. 5. cidade de Porto Alegre. I. Maria Giovanaz, Marlise, orient. II. Título.

Adler Bitencourt Barcellos Medeiros

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), APRESENTADO COMO
REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Marlise Maria Giovanaz – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Esp. Jorge Eduardo Enriquez Vivar – Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luis Fernando Herbert Massoni – Examinador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2022

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão de uma das etapas mais importantes da minha vida até hoje, agradeço...

...à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição pública de excelência na qual tive o privilégio e mérito de ingressar, e cujo nome tenho orgulho de carregar neste trabalho.

...Aos professores do corpo docente deste curso de Arquivologia que participaram da minha formação, em especial à brilhante professora, e minha orientadora, Profa. Ma. Marlise Giovanaz.

...Aos examinadores da banca deste trabalho, o querido Prof. Esp. Jorge Vivar e o gentil Prof. Dr. Luis Fernando Massoni, que aceitou compô-la mesmo que ainda não nos conhecemos diretamente.

...Ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, arquivo público que resiste apesar das dificuldades conhecidas à comunidade arquivística, e que me acolheu em diversos momentos desta trajetória acadêmica, até a elaboração deste trabalho. Especialmente à arquivista e diretora Vera Santos, ex-chefa e contínua apoiadora.

...Às professoras Jussara e Sandra, da Escola Estadual de Ensino Médio Ceará, pela sensibilidade e cuidado que tiveram com uma criança que, durante quase a totalidade do ensino básico, enfrentava diariamente o que muitos adultos não aguentariam.

...Às irmãs de outros pais, que me deram apoio moral durante esses últimos 5 anos e muitos mais, e nos momentos de dúvidas e desesperos durante a realização deste trabalho.

...Aos meus pais Cristina e Jair, e à minha avó Eluza. Graças à segurança e conforto que eles me proporcionaram, às custas de muito trabalho, e graças às políticas públicas de educação e ensino superior, que fui uma das poucas pessoas da família a chegar numa universidade, e agora serei a primeira a entregar um TCC para esta nossa prestigiosa UFRGS.

O Czar
E tu meu filho, o que fazes? O que é isto?

Fyodor
É o mapa da Moscóvia, nosso império
de ponta a ponta. Vês :

ali, Moscou,
Ali Novgorod, aqui Astrakhan.
Eis aqui o mar,
Eis aqui as espessas florestas de Perm,
e lá está a Sibéria

O Czar
E o que é aquilo, o que serpenteia
Como um desenho bordado ?

Fyodor
É o Volga.

O Czar
Muito bem! Eis aí os doces frutos do estudo !
Como do alto das nuvens, podes de uma só vez abraçar
Todo o império: fronteiras, cidades
e rios !

Alexandre Pushkin e Boris Godounov

RESUMO

Este trabalho analisa três mapas da cidade de Porto Alegre do período do final do séc. XX, produzidos pelas atividades de promoção turística do município pela Empresa Porto-Alegrense de Turismo – EPATUR, e localizados no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. A metodologia de pesquisa consistiu na pesquisa bibliográfica, para compreender a temática e construir o referencial teórico, e na pesquisa documental, no fundo documental da EPATUR. São escolhidos três documentos cartográficos, descritos e analisados a partir da criação de categorias de recursos turísticos. Busca responder à problemática de qual cidade, como fonte de informação, os mapas representam. Para tal, utiliza referencial teórico do campo da Arquivologia, História, Geografia e Ciências Sociais refletindo sobre os seguintes conceitos: mapa, representação do espaço, instrumento de representação de informação, narrativa turística. Conclui que a representação da informação da cidade nos mapas é construída por um projeto turístico, promotor da informação de um extraterritório urbano mercantilizado de revelações e apagamentos políticos e ideológicos.

Palavras-chave: documento cartográfico; mapa turístico; informação; representação; cidade de Porto Alegre.

ABSTRACT

This final paper analyzes three maps of the city of Porto Alegre from the end of the 20th century, produced through the municipal tourism promotion activities by the company Empresa Porto-Alegrense de Turismo – EPATUR, and located in the Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho. The research methodology consisted of bibliographical research, to understand the thematic and build the theoretical framework, and documentary research, in EPATUR's documentary fonds. Three cartographic documents are chosen, described and analyzed as of the creation of a tourist resources classification. It seeks to answer the problem of which city, as a information source, the maps represent. For that purpose, it uses a theoretical framework from the fields of Archival Science, History, Geography and Social Sciences, reflecting on the following concepts: map, spatial representation, information representation instrument, tourist narrative. It concludes that the representation of city information on maps is built by a tourist project, promoting the information of an urban extraterritory commodified and composed of political and ideological revelations and erasures.

Keywords: cartographic document; tourist map; information; representation; city of Porto Alegre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - RELATÓRIO ESTATÍSTICO DO POSTO DE INFORMAÇÕES AÇORIANOS (SEDE EPATUR) ANO 1996. A) INFORMAÇÕES TURÍSTICAS..... | 32 |
| B) MATERIAL PROMOCIONAL ENTREGUE..... | 32 |
| Gráfico 2 - RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS POSTOS DE INFORMAÇÕES AÇORIANOS (EPATUR) E PAÇO MUNICIPAL – 1º TRIMESTRE DE 1997..... | 33 |
| Figura 1 - Visão da capa dos três mapas (dobrados). | 35 |
| Figura 2 - Recorte espacial da cidade e configuração dos mapas 1 e 2..... | 37 |
| Figura 3 - Concentração de pontos de interesse na região Central. | 37 |
| Figura 4 - Visão panorâmica do município do mapa 3. | 39 |
| Figura 5 - Ilustração da região Central..... | 40 |
| Figura 6 - Aproximação da representação da Zona Sul..... | 41 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 14 |
| 3. A EMPRESA PORTO-ALEGRENSE DE TURISMO – EPATUR..... | 24 |
| 4. DESCRIÇÃO DOS MAPAS TURÍSTICOS DE PORTO ALEGRE | 35 |
| 5. DIÁLOGO COM O REFERENCIAL TEÓRICO | 44 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 52 |
| REFERÊNCIAS..... | 54 |
| APÊNDICE A – QUADRO CONCEITUAL | 58 |

1. INTRODUÇÃO

Considerando que no âmbito dos estudos arquivísticos os documentos cartográficos carecem de preocupação e demonstram um volume significativo nas instituições de acervo, que se configura como uma fonte rica de informações a serem resgatadas e exploradas pelas mais diversas áreas do conhecimento que os geram em suas atividades, este trabalho visa trazer à luz uma reflexão acerca da dimensão do valor informacional que estes documentos contêm enquanto instrumentos de representação da informação, e as amplas possibilidades de análise e produção de conhecimento que possibilitam.

Para tal, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe analisar um "caso" de possibilidade fornecida por um dos documentos que compõe o gênero cartográfico, o mapa, resgatando mapas turísticos da cidade de Porto Alegre. Pensando um desdobramento que o conteúdo informacional dos mesmos apresenta por consequência da definição de qual informação será representada em um documento que configuraria o guia para o reconhecimento de um espaço, neste caso, o de uma cidade. Assim, o trabalho busca responder a seguinte problemática: **Que cidade, como fonte de informação, os mapas representam?**

O **objetivo geral** deste trabalho foi refletir sobre a representação de Porto Alegre a partir de mapas turísticos produzidos pela Empresa Porto-Alegrense de Turismo S.A. (EPATUR) no final do século XX.

Como **objetivos específicos** foram propostos: a) caracterizar os mapas como fonte de informação; b) refletir sobre a história de Porto Alegre no final do século XX, a partir de informações cartográficas; c) analisar os mapas como instrumentos de representação da informação.

A temática dos mapas, dentro do pensar da Arquivologia, apresenta-se, em geral, como debates acerca de sua configuração como documento e /ou se estes se configuram em documento arquivístico ou não. Também é regular a especulação acerca de suas características singulares, com vista à sua classificação, guarda e preservação, sobretudo se preocupando com suas características especiais, como sua linguagem gráfica e apresentação física dissemelhantes aos documentos de arquivo textuais, criando a necessidade de um olhar e um tratamento particulares.

Contudo, para além de análises tipológicas e conceituais, centradas na diferenciação da documentação cartográfica como gênero documental e sua

fundamentação teórica no estudo arquivístico, observa-se uma lacuna na reflexão sobre a dimensão da informação contida nos mapas, estes enquanto fonte de informação e instrumentos de representação de informação. Um documento textual de função qualquer, seja informativa, probatória, de registro, ação ou consulta, cumpre sua finalidade pela própria informação ali contida e seus elementos, e, através da organicidade, pode tecer um conjunto de informações e dados a serem resgatados. Quanto à informação contida nos mapas, sobretudo em mapas como os turísticos, pode constituir uma dimensão de impressão, experiência e criação de memória pré-moldados de acordo com as informações ali contidas, se apresentando como uma única via norteadora na leitura de um lugar, como uma cidade, ofertando uma representação do mesmo a ser explorada e conhecida por um turista, por exemplo.

Para Rousseau e Couture (1998), mapa é “uma representação plana de uma parte ou da totalidade da terra ou de um corpo celeste. Através da utilização de escalas, signos, símbolos e cores, os mapas fornecem diferentes indicações sobre a superfície a representar”. Dentro das formas de mapa, especificam que um mapa temático ou especializado “representa um fenômeno qualitativo ou quantitativo físico, cultural, político, social ou econômico”. Rosa (1996) afirma que a cartografia temática se preocupa com a elaboração e o uso dos mapeamentos temáticos, o que envolve a coleta, análise, interpretação e representação sobre uma certa base (o mapa). Logo, os mapas não apenas representam um espaço geográfico através da cartografia topográfica, mas também um mapa temático e qualitativo pode indicar o que existe em um lugar delimitado por um recorte espacial, de acordo com uma determinada temática. Portanto, a escolha da informação a ser representada em um mapa turístico, para além dela mesma, poderá ser responsável pela criação de uma informação de uma cidade a partir de sua materialidade e recorte territorial selecionados a serem resgatados, representados e lidos. Diante desse cenário, faz-se relevante investigar a representação da cidade de Porto Alegre em seus documentos arquivísticos cartográficos, como os mapas turísticos, constituintes de uma fonte de informação geográfica, cultural e espacial da cidade.

Em nível pessoal, a escolha do tema foi guiada pelo fascínio gerado pela capacidade dos mapas de nos revelar, apresentar, representar e introduzir a um mundo de informações a serem descobertas, exploradas, visitadas e vividas em diferentes espaços, em infinitas perspectivas. O mapa informa, guia, roteiriza, abre,

mas também, priva, dentro de sua capacidade limitada de representar um lugar ou uma temática diante da quantidade incomensurável de possibilidades de sentidos, experiências e conhecimentos. Ainda assim, dentro dos diferentes gêneros documentais, o mapa se mostra um documento instigante pela sua capacidade de materializar no papel de forma única e especial aos documentos cartográficos um universo abundante de possibilidades de representação das mais variadas informações, dos níveis implícitos aos simbólicos, e de abrir caminhos para a imaginação e para a vontade de conhecer o novo e o diferente.

O trabalho aqui apresentado é resultado de uma pesquisa qualitativa, pois trata profundamente de um pequeno número de documentos descrevendo-os, analisando-os e explicando-os. A natureza desta pesquisa é básica e a abordagem exploratória, já que não pretende apresentar resultados ou modelos finais, mas sim analisar um contexto documental específico. Quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica e documental, que partiu de um levantamento bibliográfico para compreender a temática e posteriormente para construir o referencial teórico. Esta bibliografia que foi composta de livros e de artigos científicos foi organizada em um quadro de conceitos, que se encontra no Apêndice A deste trabalho.

A pesquisa documental foi realizada no acervo permanente da administração descentralizada do município de Porto Alegre, recolhida pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, com os documentos de 4 caixas do fundo da extinta Empresa Porto-Alegrense de Turismo S. A. (EPATUR). Foi realizada a leitura e seleção de excertos dos documentos de constituição, políticas e organização administrativa e de uma análise da amostra encontrada da produção de mapas turísticos da cidade no seu período de atividade. Dentro da coleção documental analisada, foram escolhidos, para a realização deste trabalho, os três itens documentais produzidos com o mesmo propósito, de configurar um mapa turístico, com o mesmo tamanho e formato, sendo os três de edições diferentes, bem como prováveis anos de publicação, propiciando uma análise de seus elementos e representações ao longo de suas edições.

Após a escolha e a realização do registro fotográfico e análise dos documentos *in loco* deu-se início ao processo de construção de categorias de análise que dialogassem com o referencial teórico já esquematizado, sendo, então, definidas as categorias de recurso *Cultural, Científico e Artístico, Valor Arquitetônico, Natural, Desporte e Lazer e Transporte, Comércio e Serviços*, enquadrando os pontos de

interesse encontrados nos mapas de acordo com os tipos de recursos ofertados para o mercado turístico. Finalmente foi realizada a escrita e apresentação do conteúdo na forma proposta pelas resoluções pertinentes.

O trabalho aqui apresentado divide-se em 6 seções. Na seção 1 o tema, objetivos, justificativa e metodologia da pesquisa são apresentados. Na seção 2 são inseridos os conceitos estruturantes desta pesquisa no referencial teórico. Na seção 3 foi realizada uma descrição da instituição produtora da documentação, a EPATUR, e também, na seção 4, a apresentação dos três documentos selecionados, para posteriormente, na seção 5, se realizar uma análise das categorias propostas em cruzamento com o referencial teórico apresentado na seção 2. Na seção 6 são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Silva (2001), na apresentação de seu livro *Imaginários Urbanos*, sugere uma forma de reconhecimento da cidade através da projeção imaginária da mesma. Evidencia que compreender a imagem da cidade apenas através da sua extensão física ou de diferentes representações visuais não é suficiente para entender como os seus cidadãos imaginam que a mesma segmenta-se para mostrar-se aos seus moradores e aos estranhos. “Ver, cheirar, ouvir, passear, deter-se, recordar, representar, são atributos que devem ser estudados em cada cidade [...]”. Essa reflexão, relacionada ao tema da presente pesquisa, indica que o reconhecimento de uma cidade através de um mapa, como um guia turístico, restrito em um limite espacial e a representações visuais específicos e/ou pré-definidos, não é suficiente para o reconhecimento da cidade, e esse reconhecimento estará atrelado a uma única versão segmentada da mesma, dentro de diferentes possibilidades de compreensão da cidade condicionadas a certas segmentações dela, como um recorte da cidade segmentado para turistas que será responsável pelo reconhecimento obtido.

Freire (1997), ao relatar suas experiências de trabalho prévias introduzindo sua pesquisa “Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo”, comenta a respeito do seu trabalho na Bienal de São Paulo de 1987 onde, ao buscar as obras de arte do acervo e expô-las, estas ganham existência afetiva através do olhar do público. Freire, ao discorrer sobre a cidade imaginária, traz que alguns objetos são apropriados ao repertório visual de seus habitantes em conexão com experiências afetivas e momentos significativos de vida. Nesse sentido, indica que destacar monumentos significativos adquire um caráter narrativo, e não descritivo. A autora afirma, a respeito da figura alegórica dos mapas, que “demarcam aqui extraterritórios. Seus traçados, assim como a indicação de seus pontos mais significativos [...] revelam monumentos da cidade investidos simbolicamente, ao passo que apaga outros” (FREIRE, 1997, p. 71). Os apontamentos da autora abrem espaço para se pensar uma relação das obras de um acervo a serem expostas com as “obras” de uma cidade que, escolhidas a serem representadas em um mapa turístico, ganha existência aos olhos e ao conhecimento dos visitantes ao serem visitados os pontos e espaços previstos. A definição de que lugares serão visitados, do que será visto, adquire um caráter narrativo, em função

de qual será a representação da cidade buscada através dessa escolha, apagando as informações da cidade que não se quer resgatar ou exibir, caracterizando uma fonte de informação que será utilizada na construção do conhecimento acerca dessa cidade.

Harley (2009), em seu artigo “Mapas, saber e poder”, afirma que, em uma reflexão para além das características geográficas dos mapas, que estes nunca são imagens destituídas de juízo de valor e, “pela seletividade de seu conteúdo [...] são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens”, trazendo que exercem uma influência social através de suas omissões e que sua história social, diferente da arte e música, p. ex., demonstra não comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos. Para Harley, os mapas são construções sociais do mundo expressas através da cartografia. Em outro texto, o autor afirma:

Longe de ser um simples espelho da natureza, do que é verdadeiro ou falso, os mapas reescrevem o mundo – como nenhum outro documento – em termos de relações de poder e de práticas culturais, preferências e prioridades. O que lemos num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia, quanto com os fenômenos vistos e medidos na natureza. Mapas sempre mostram mais do que uma imediata soma de um conjunto de técnicas (HARLEY, 2001 *apud* FIALHO, 2007, p. 2).

Através das ideias do autor, deixando evidente que os mapas não possuem um caráter “neutro” de valores e que não parecem comportar informações não-oficiais ou de caráter político, pode-se refletir que, para além das representações gráficas e visuais ali apresentadas, nos mesmos existe um nível de informação implícita norteadora na sua elaboração e, ainda, em um mapa turístico, esse determinado conjunto de informações e ideologia será constituinte de qual cidade será “reescrita” e acessada através dele. Assim sendo, os mapas se configuram como um instrumento de representação de informação, de uma informação, em geral, oriunda de canais “oficiais” de governos ou Estado, escolhida politicamente.

Para iniciar a abordagem do tema escolhido, buscou-se pela definição do que é o objeto geral de estudo deste trabalho, o mapa. Partindo de um ponto mais amplo, do campo de estudos da Geografia do qual os mapas fazem parte, a Cartografia, que, segundo a Associação Cartográfica Internacional:

Apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos,

fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização (IBGE, 1999, p. 12).

Especificamente o mapa, segundo o Dicionário Cartográfico do IBGE (1999, p. 322) é uma “Representação gráfica, geralmente numa superfície plana e em determinada escala, das características naturais e artificiais, terrestres ou subterrâneas, ou, ainda, de outro planeta [...]”. Ao buscarmos a definição na cartografia, encontramos em seus autores definições mais amplas. Para Joly,

Mapa é uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e de sinais apropriados. Através de um sistema de símbolos mais ou menos complicados, o mapa é também uma mensagem de informação sobre os objetos, as formas, os fatos e as relações contidas no espaço estudado [...] (JOLY, 2004, p. 10).

Em Joly, encontramos o entendimento do mapa como uma mensagem de informação, uma construção seletiva e representativa de um espaço estudado. Para Loch,

Os mapas da Cartografia têm características típicas que os classificam e representam elementos selecionados em um determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica [...]. (LOCH, 2006 *apud* SOUZA, 2013, p. 4)

Dentro dessa perspectiva, a cartógrafa adverte:

[...] se os mapas são modelos da realidade e a realidade é vista de maneira individual, então eles são subjetivos e não podem ser considerados como fotografias da realidade ou a própria realidade reduzida. Veja, um bichinho de pelúcia é um modelo de algum animal, mas não é o animal reduzido, por mais que lhe sejam dados atributos característicos daquilo que está representado. (LOCH, 2006 *apud* SOUZA, 2013, p. 4)

Diante destas três definições de diferentes fontes, percebemos que o mapa constitui um instrumento de representação, de diferentes objetivos. Ainda, nas características dos mapas de Loch, estes nos são apresentados como “modelos da realidade” de um determinado, embutidos de subjetividade individual. Ainda, na definição de Joly, o mapa também se caracteriza como uma construção seletiva e comunicadora de informação sobre um espaço geográfico específico, para expressar e representar elementos selecionados de uma realidade espacial.

Para explorarmos essa característica de seletividade da informação expressa

nos mapas, no campo da geografia, buscamos os estudos do cartógrafo e historiador dos mapas Harley, que teve grande influência na consolidação de uma cartografia crítica. Harley (1990 *apud* FIALHO, 2007, p. 2) defende que “para os historiadores, uma definição apropriada seria a de que um mapa é uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia”. O autor também afirma:

Eu encaro os mapas como uma forma de linguagem (...) O conceito de linguagem se traduz mais facilmente em prática histórica. Ele não apenas nos ajuda a ver nos mapas imagens – espelhos servindo para intermediar diferentes visões do mundo, mas também nos leva a procurar dados empíricos sobre aspectos tais como os códigos e o contexto da cartografia assim como sobre seu conteúdo tomado no sentido tradicional (HARLEY, 2009, p. 3).

Harley, ao trazer a perspectiva dos mapas como uma forma de linguagem e nos fazer enxergá-los como a imagem de uma determinada visão de mundo, entende a informação nele contida como uma informação que comunica uma construção social através da cartografia. Essas características são ainda compreendidas ao buscarmos entender a forma de linguagem dos mapas, e como se dá a comunicação através deles.

Para MacEachren (1995) e Maziero (2007), o ambiente geográfico se configura como uma fonte de informação, e a interpretação do cartógrafo como determinante das decisões sobre as quais informações desse ambiente devem ser representadas e como representá-las. Neste modelo de comunicação da informação na Cartografia, o cartógrafo é emissor de informação, através do mapa, e, o usuário do mapa, o receptor. Neste modelo, a informação processada pela mente do cartógrafo produz um conhecimento que permite sua descrição e representação no mapa e, novamente, tal informação é transformada em conhecimento quando adequadamente processada pela mente do usuário (MACEACHREN, 1995).

Ainda, ao tratar da linguagem cartográfica, para MacEacheren, a cartografia impõe uma estrutura semântica aos mapas e, por esta razão, controla quais características ou aspectos do mundo devem ser ou não informados por eles (MACEACHREN, 1995). O autor sintetiza que “o mapa é principalmente um dispositivo de apresentação. Ele apresenta uma vista abstrata de uma porção do mundo com ênfase em algumas feições selecionadas” (MacEacheren, 1994 *apud* LOCH, 2006, p. 33). Diante destes apontamentos, entendemos que os mapas se constituem como uma fonte de informação, informação comunicada através de uma

linguagem sua específica, através da projeção cartográfica e simbologia, que passa por diferentes critérios, entre eles, a seletividade das informações a serem apresentadas e a interpretação do cartógrafo sobre a determinada espacialidade pretendida, que expressa um modelo de realidade, uma visão de mundo.

A seletividade e subjetividade dos mapas ainda é explorada por Monmonier, geógrafo dedicado aos estudos históricos da Cartografia e dos sistemas de informação geográficas. Para o autor,

Um bom mapa conta uma infinidade de pequenas mentiras sociais, e suprime a verdade para ajudar o usuário a ver o que precisa ser visto. (...) o valor de um mapa depende de quão bem a sua geometria e conteúdo generalizados refletem um aspecto da realidade escolhida (MONMONIER, 2010 *apud* ULLER, 2010, p. 100).

Desta forma, pretendemos aqui explorar o aspecto das atrações turísticas da cidade de Porto Alegre, escolhida de uma realidade espacial, cultural e geográfica e comunicada em representações nos mapas, constituindo uma mensagem informacional, aqui, para o mercado turístico. Sendo assim, também buscamos um modelo de comunicação turística, onde entenderemos esta comunicação como na compreensão de Baldissera:

[...] processo de construção e disputa de sentidos no âmbito do turismo [...] A comunicação turística abarca toda comunicação que se materializa em diferentes lugares do ser e fazer turístico, ou seja, compreende a comunicação formal, mas também os processos informais. [...] se caracterizam por; promover e propagar idéias, persuadir e seduzir visando o consumo de um produto/serviço; informar (os diferentes públicos de interesse, tais como: a imprensa, o poder público, a iniciativa privada, os turistas reais e os potenciais e a comunidade) (BALDISSERA, 2007 *apud* MORIGI; COSTA, 2023).

Neste entendimento da comunicação turística, ainda encontramos critérios de caráter seletivo, em um processo de construção e disputa de sentidos, com o objetivo de informar os públicos de interesse os aludindo ao consumo de produtos e serviços turísticos.

Diante da conceitualização de mapa pelos campos da Geografia e Cartografia e da problematização dos mesmos pelos estudos históricos e pela própria Cartografia, fica evidente que existe uma dimensão de informação nos mesmos para além das características de representação de um espaço físico.

Partindo para o campo de estudo da Arquivologia, vemos que, segundo o

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 114), mapa é um “Documento que descreve, de forma gráfica ou fotogramétrica, geralmente em escala e em meio plano, características físicas e abstratas selecionadas da superfície terrestre ou de um corpo celeste”. Para Bellotto, mapa é um

Documento não-diplomático informativo, horizontal. Documento Cartográfico que, num suporte plano, em projeção horizontal e numa escala inferior a 1:10000, representa de forma gráfica características físicas de parte ou da totalidade da superfície terrestre (...) (BELLOTTO, 2008).

Para Rousseau e Couture (1998, p. 228), é uma representação plana de uma parte ou da totalidade da terra ou de um corpo celeste. Através da utilização de escalas, signos, símbolos e cores, os mapas fornecem diferentes indicações sobre a superfície a representar”. Ainda, para os autores, os mapas dividem-se em dois tipos, sendo o “mapa temático ou especializado” (1998, p. 228) aquele que “representa um fenômeno qualitativo ou quantitativo físico, cultural, político, social ou econômico”.

Para pensar em que cidade, como fonte de informação, os mapas representam, é preciso fazer uma reflexão acerca do que é representar algo e de que maneira se representa um espaço. Ao analisar o conceito de representações coletivas segundo Chartier, Carvalho aponta que, para o historiador,

As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas (CARVALHO, 2005, p. 149).

Ainda, ao analisar os conceitos de representação de Chartier e do sociólogo Bourdieu, Coelho sumariza que, para os autores, as

“Representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo [...]. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente (COELHO, 2014, p. 95).

Aqui, encontramos o entendimento de Harley (2001 *apud* FIALHO, 2007, p. 2) dos mapas como construções sociais do mundo expressas através da cartografia. Para o autor, os mapas reescrevem o mundo como nenhum outro documento, em termos de relação de poder, práticas culturais, preferências e prioridades. Assim, compreendemos que as representações dos mapas estão orientadas pela visão de mundo e interesses do grupo que os produzem, pois a informação apresentada num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia, quanto com os fenômenos geográficos passíveis de serem vistos e medidos na natureza. Ainda, Coelho sintetiza que para Bourdieu existe “um *jogo* em que se produzem as representações e existem crenças que as sustentam”. No *campo social*, permeado de tensões e interesses conflitantes dos grupos, existem as “lutas de representações”, e que, para Chartier,

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990 *apud* COELHO, 2014, p. 96).

Santi e Santi apontam que para Hall, sociólogo pesquisador dos Estudos Culturais, representar é

Usar a língua/linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa a outrem. A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. [...], representar é produzir significados através da linguagem. Descrever ou retratar, junto a simbolizar e significar (SANTI; SANTI, 2008, p.4).

Desta forma, entendemos que a representação da cidade nos mapas produz um significado desta cidade, significado a partir da visão de um determinado grupo que está assentado no poder de instituir suas construções da realidade para os membros da cultura compartilhada, os usuários dos mapas, que entenderão esta cidade através da realidade dela neles comunicada. Ao buscar o conceito de representação, é nítida a preocupação dos campos da História e da Sociologia com as problematizações intrínsecas no ato de representar, assim como as implicações da impossibilidade de se existir uma representação “neutra”.

Ao buscar a perspectiva de representação do espaço na Geografia, encontramos que, segundo Santos,

[...] há uma clara tendência em fazer da representação do espaço o espaço como existência, ou seja, tomar uma representação como sendo o espaço como realmente ele é. Mas, o espaço não pode ser representado em sua plenitude, em sua forma ideal, pois a representação do espaço é apenas uma aproximação, um fragmento de uma totalidade impossível de ser representada em sua plenitude (SANTOS, 2010, p. 157)

Diante da impossibilidade de se representar o espaço em sua plenitude, procurando entender o fragmento do espaço da cidade representado no mapa turístico, encontramos em uma das correntes mais recentes desta ciência, a Geografia Humana, que preocupa-se e teoriza as ações humanas com relação ao espaço em que vivem, a chamada Geografia das Representações, que, para Gil Filho,

(...) é uma Geografia do conhecimento simbólico. Assume as representações sociais como ponto de partida para uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política (FILHO, 2005 6 *apud* STEFENON, 2012, p. 161).

Segundo Stefenon, esta geografia afirma que

as categorias espaciais como paisagem, região, lugar e território, assim como o próprio espaço, podem ser vistas enquanto representação, ou seja, como elementos do mundo simbólico partilhado, o que aponta para a possibilidade de se falar acerca de um espaço de representação (STEFENON, 2012, p 161).

Bettanini (1982) trata dos temas de representação e espacialização do mundo e propõe a ideia de um "segundo espaço" (BETTANINI, 1982, p. 82), para além do espaço concreto e objetivo, um espaço que comporta uma visão de mundo que se projeta sobre o espaço concreto. O autor propõe três modalidades de espaço: o espaço mítico, o espaço sagrado e o espaço de representação. Segundo Stefenon:

Tomemos como exemplo os muitos casos que, na busca do estabelecimento de um projeto turístico ou da afirmação de uma determinada identidade cultural, algumas instituições, Estados ou comunidades locais, criam espaços que dizem representar as características mais originais que as compõem. Assim, quando o turista vem para este local com a finalidade de conhecê-lo, depara-se com os "monumentos" e "slogans" que compõe o painel de frente, aquilo que a cidade ou região quer mostrar. Entretanto, é muito provável que além

da fachada, existam espaços e “monumentos” que mais fielmente representam o universo cotidiano das pessoas que habitam esses lugares (STEFENON, 2012, p 164).

O exemplo de Stefenon de segundo espaço, de um espaço de representação, no âmbito da construção de um espaço turístico, vai diretamente ao encontro dos estudos das informações culturais no âmbito das atividades turísticas de Morigi e Costa, onde afirmam que

As práticas de divulgação das atividades turísticas das cidades e as informações veiculadas através das narrativas publicitárias (folders, folhetos, roteiros turísticos...), baseiam-se em uma visão fragmentada e espetacular dos fatos e das realidades locais das cidades e seus lugares, das pessoas e sua história. Essa visão acaba se constituindo na matéria-prima incorporada por agentes sociais (administradores) responsáveis pelos processos de racionalização prescritos pelos planos de gestão turística municipais (...) (MORIGI; COSTA, 2010, p. 2).

Esse espaço de representação, no contexto de um mapa turístico, relaciona-se com os estudos das práticas informacionais do turismo de Porto Alegre de Massoni, onde o autor entende a informação

como um elemento construtor de sentidos, significados e representações, passível de compreensão apenas quando analisamos com cuidado os diversos contextos socioculturais em que ela está presente e as intencionalidades que movem os sujeitos e/ou instituições que a divulgam, publicam ou compartilham. A informação é a matéria-prima de notícias, permeia discursos e é, para nós, o elemento constituinte das narrativas que produzimos (MASSONI, 2021, p. 31).

Essas definições no encontro da Geografia com os estudos informacionais nos remonta aos agentes envolvidos na produção dos mapas turísticos, pois, a informação turística encontrada nos mapas, constituída como narrativa da cidade e apresentada em seu material publicitário, como o mapa turístico, perpassou um processo de seletividade e escolha aqui guiado por um agente do Estado e, como nos lembra González de Gómez:

Do ponto de vista da relação entre política e informação, não se poderia falar de um momento a posteriori no qual, já dada a informação, estabelecesse seu valor, prioridade ou finalidade de acordo com estruturas ou posições de poder; enquanto “informação” implique seletividade e escolha, a “politicidade” estaria presente no âmbito da emergência de conteúdos, ações, tecnologias, produtos e serviços de informação (GÓMEZ, 1999, p. 4).

Essa “politicidade” presente na criação dos serviços e produtos de informação apontada pela autora encontra nas reflexões de Uller, debruçada sobre os passos para elaboração de um mapa turístico da Sociedade Suíça de Cartografia, sua prática, onde a autora discorre:

Logo, se percebe que em primeiro lugar vem a finalidade do mapa, ou seja, o propósito do “para que” e “para quem” ele será produzido. Neste sentido se direciona o olhar para a paisagem, ou para o espaço a ser representado de modo a filtrar o que se deseja mostrar. É nesse sentido que ocorre também um processo de generalização conceitual, pois não se pode representar tudo e, nem tão pouco, informar tudo que está ali presente. Assim, direcionando o foco para o que se pretende, captam-se as informações que ocorrem em maior destaque ou intensidade, eliminando dados supérfluos, que não dizem respeito ao tema a ser exposto (ULLER, 2010, p. 82).

Precisamente, a autora afirma que

[...] é preciso lembrar que o mapa carrega consigo uma ideologia, independentemente de quem o produziu e a quem servirá. Frequentemente, essa ideologia está atrelada aos interesses das classes de poder, representadas pelos chefes de Estado (ou seja, pelos interesses políticos de uma nação), pelo controle militar, pelos agentes de marketing e propaganda, pelos detentores dos meios de produção, pelos proprietários e grandes especuladores imobiliários (ULLER, 2010, p. 85).

Diante desta breve pesquisa, fica nítido que, para pensar a representação da informação geográfica, cultural e espacial de uma cidade através dos mapas, é possível se fundamentar em estudos da História, Sociologia, Geografia e Ciência da Informação, ficando evidente que existe uma lacuna no pensar da Arquivologia a respeito deste gênero documental enquanto instrumento de representação da informação e da dimensão da informação que comporta, como um produto final de informação.

3. A EMPRESA PORTO-ALEGRENSE DE TURISMO – EPATUR

O governo do então Prefeito Telmo Thompson Flores criou, através da Lei n. 3.741 de 28 de dezembro de 1972, a Empresa Porto-Alegrense de Turismo S.A. (EPATUR), uma sociedade anônima, de economia mista e capital autorizado, com os objetivos de, conforme seu Art. 1º, “...promover o turismo no Município de Porto Alegre, a exploração, administração e prestação de serviços correlatos” (Porto Alegre (RS), 1972) e, no Art. 3º de seus Estatutos, inclui a “edição de jornais, revistas e publicações sobre turismo”. No momento de sua criação, a EPATUR é subordinada ao Departamento de Turismo e Divulgação da Prefeitura Municipal, que viria a ser extinto, e então ao Sistema Municipal de Turismo definido em 21 de julho de 1975 através do Decreto 5.267, cabendo as atribuições do órgão extinto, ao Gabinete do Prefeito e à Secretaria do Governo Municipal, cabendo ao primeiro a definição da Política Municipal de Turismo e ao segundo as funções de caráter normativo (PORTO ALEGRE, 1972).

Em documento da Proposição da Política de Turismo [197-] elaborado pela EPATUR (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 1), é proposta uma política que orientaria as decisões concernentes ao desenvolvimento turístico do município, citando, em seus artigos:

Art. 1º - É fundamental a abertura de espaços e canais para a participação de organismos de poder local e representação popular, visando o florescimento de uma cultura política de turismo. A população de Porto Alegre precisa elevar seu nível de consciência e posicionamento perante as questões (entre elas):

II, “DA LUTA PELO ACESSO À INFORMAÇÃO, pois esta é uma condição necessária para a tomada de decisões e imperiosa para um julgamento justo da administração pública”;

V – DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, contra o vandalismo político que se deixa influenciar por interesses cartoriais e pseudo-liberais (sic), no sentido de privatizar empresas públicas ou de economia-mista que, teoricamente, mostram prejuízo, quando na prática, estão sendo acobertadas de sua lucratividade, rentabilidade e função social;

VII, “DA DEFESA DOS VALORES SÓCIO-CULTURAIS DA COMUNIDADE, já que se verifica uma crescente perda da memória, dos hábitos e costumes de uma cidade pressionada pelo agravamento das péssimas condições de vida”;

VIII, “DA DEFESA DO TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL, fato consignado no texto constitucional e que atesta o poder dessa atividade para a redistribuição de renda, as finanças públicas,

o superávit das exportações, o desenvolvimento regional, a inflação, o câmbio e as mudanças sociais”.

Art. 2º - Não se pode conceber uma democracia plena com um serviço público desacreditado pela sociedade, e valorizá-lo é um desafio político, a ser enfrentado pela ótica:

III – DA EXPANSÃO DO TURISMO CONVENCIONAL, pois a empresa de economia mista pode conciliar a tarefa de implementar o turismo social e a obrigação de prestar serviços especializados aos turistas que podem pagar (...), até porque o lucro obtido no segundo será em parte revertido ao primeiro”.

Art. 3º - O planejamento turístico municipal não pode prescindir da participação da iniciativa privada, considerando essa integração possível:

I – PELO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL, visto que já existem mecanismos e outros podem ser criados (...) bem como a utilização da estrutura turística direcionada para o turismo social;

IV – PELA IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES DE EXPANSÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA, o que significa a adequação das políticas de investimentos públicos (infraestrutura) e privados (estrutura) no setor, tendo em vista a escassez de capital e a necessidade de ordenar o crescimento da cidade.

Art. 4º - É inexequível desenvolver o turismo de Porto Alegre sem a adoção de uma política de promoção eficaz, que deve pautar-se:

II – DA FIXAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA, sem o planejamento de marketing turístico fica acéfalo e indefinido;

Art. 5º - A consolidação do turismo receptivo é a grande tarefa de todos, governo e iniciativa privada, para materializar os efeitos benéficos desta atividade no contexto sócio-econômico de Porto Alegre, partindo:

I – DA ACOLHIDA AO TURISTA, que é a chave para o caminho da regularidade e continuidade do fluxo turístico, pois um visitante bem recebido tende a voltar acompanhado. Essa atenção deve fluir naturalmente da população residente, dos trabalhadores e dos empresários do setor turístico, que precisam conhecer bem sua clientela e saber motivá-la a retornar.

Art. 6º - A disseminação do conhecimento turístico é um fator condicionante de sua evolução e aprimoramento, implicando o fim do monopólio de informações e a sistematização:

I – DA PESQUISA CIENTÍFICA, por meio da investigação turística e difusão de novos modelos de planejamento e organização empresarial, no plano municipal e da iniciativa privada.

Este documento, trazendo a política de turismo a ser adotada, revela que a EPATUR contava com uma visão ampla e consciente a respeito do âmbito da informação que perpassaria o desenvolvimento turístico do município, como em seu art. 6º, ao tratar da “disseminação do conhecimento turístico” e de um “monopólio de informações”. Além disso traz termos como “acesso à informação”, destacando sua luta como uma condição necessária para a tomada de decisões e para a

administração pública, convocando a conscientização e o posicionamento da população da cidade para a questão, assim como para a preservação dos hábitos, costumes e valores sócio-culturais particulares de Porto Alegre. É possível, ao longo da leitura dos documentos do contexto da criação da EPATUR, perceber também que a empresa entendia a importância da população como um ator ativo no desenvolvimento turístico da cidade, atentando para formas nas quais participaria dos contextos desde a criação de suas políticas até sua prática na recepção dos turistas, e de como a exploração do turismo como atividade econômica seria benéfica para os cidadãos, na forma de redistribuição de renda, impulsionamento de mudanças sociais, entre outros.

Outro documento, s/título [197-], (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 1), também elaborado no contexto de criação da EPATUR, buscando trazer a definição de “turismo”, afirma que não é fácil precisar o que é turismo por se tratar de um fenômeno sócio-econômico, sujeito a um conceito humano e que seu enfoque varia conforme a atividade científica do especialista que estabelece sua definição, porém, do ponto de vista econômico, o turismo acontece “quando uma pessoa gasta dinheiro em um sítio distinto ao do lugar habitual de sua residência e que tenha percebido essa renda no lugar onde reside habitualmente o turista, ou seja, num ponto geográfico distinto de onde a tenha gasto”. Traz que os empresários veem o turismo como uma atividade de prestação de serviços cada vez mais especializada, e que até o ano 2000 seria a mais importante do mundo econômico. O documento traz dez proposições, entre elas:

4. E, acima de tudo, pensar Porto Alegre como uma cidade turística, sua vocação geográfica e sua determinação histórica que projetam um perfil abrangente e multifacetado (...).
6. Ensinar aos portalegrenses a olhar sua cidade, a observar as suas formas múltiplas e como elas se misturam pois, a cidade nada mais é que um retrato animado da sociedade e de suas esperanças.
7. Incentivar à descoberta do nosso meio ambiente, não só no seu aspecto organizacional mas, também, no que tem de poético e simbólico, pois ele fala dos indivíduos e do grupo social, das suas aspirações e tradições históricas, do que fomos, somos e da indicação do que seremos.
8. Tornar visível a identidade, a estrutura e o significado de Porto Alegre para seus habitantes e para o turista.
9. Desenvolver, cada vez mais, a imaginabilidade e a legibilidade de Porto Alegre.
10. Fazer com que cada Porto-alegrense seja parte ativa do espetáculo que a vida diária de sua cidade proporciona.

Tais proposições, resgatadas do documento, levantam a questão a ser considerada, no contexto do desenvolvimento e exploração turísticos da cidade, de refletir qual é essa cidade de Porto Alegre, quais suas características únicas e especiais, qual sua personalidade para além de sua espacialidade e sua materialidade cultural e concreta. Para pensar na sua apresentação e oferta para o mercado turístico, o que viria a se refletir na cidade representada nos mapas turísticos produzidos pela EPATUR. Para Fennell, estudioso do turismo geográfico, “política de turismo é a identificação de uma série de metas e objetivos que ajudam uma agência -geralmente governamental- no processo de planejamento da indústria do turismo” (2002 *apud* ULLER, 2010). Portanto, diante do conceito de política de turismo e da leitura das proposições da EPATUR para o desenvolvimento dessa política para a cidade, buscaremos, com base ainda em seus documentos, relatórios e diagnósticos, verificar a aplicabilidade destas proposições e políticas norteadoras da empresa nestes produtos documentais finalísticos, os mapas turísticos destacados no trabalho.

Na publicação “Relatório de Atividades – 1975” (AHPAMV, fundo EPATUR, caixa 2) da EPATUR, a Introdução apresenta os dizeres: “TURISMO – uma política voltada para a melhora da qualidade de vida do portoalegrense; um programa que objetiva criar novas alternativas para o lazer e a recreação dos habitantes de Porto Alegre e seus visitantes, numa ação integrada e permanente”, entre outras colocações trazendo a função social do turismo. A publicação apresenta no organograma administrativo da EPATUR o Departamento de Informações, contendo os braços de Documentação, Biblioteca, Publicações, Desenho, Inventário Turístico, Calendário Turístico, Postos de Informações e Registro de Atividades Turísticas. O Departamento de Promoções abrange Assessoria a eventos, Festivais, Folclore, Feiras e Congressos, Roteiros Turísticos, Mercadão, Patrimônio Histórico-Cultural, Áreas Recreativas e Turísticas, Rede Hoteleira, Seminário de Estudos sobre o Carnaval, Produção e Propaganda de Ruas.

Em 1975, a EPATUR publica “TURISMO EM PORTO ALEGRE: dados para investimento” (PORTO ALEGRE, 1975) (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2) direcionando-se à iniciativa privada, com o objetivo de “estruturar em um só contexto toda a gama de informações essenciais para o traçado de uma infraestrutura turística”. Na apresentação da extensa publicação, o então Prefeito Municipal,

Guilherme Socias Villela, apela aos “investimentos turísticos que, aliando-se a positivo esforço, contribuam para tornar Porto Alegre como pretendemos, a mais agradável cidade para o Ser Humano estar; a mais agradável cidade para se viver”.

A publicação traz, em sua chamada análise dos recursos turísticos, ou seja, “aqueles recursos de grande valor sob a égide do Turismo e que constituem insumos valiosos na constituição do Produto Turístico”, a seguinte divisão em 4 categorias: Recursos Naturais; Recursos Históricos, Artísticos e Culturais; Recursos Esportivos e Recreativos e Recursos Folclóricos, Tradicionais e Gastronômicos. Essa classificação é mantida até pelo menos o ano de 1981 quando publica o “Diagnóstico da Estrutura Turística de Porto Alegre” (PORTO ALEGRE, 1981), que a recapitula. Já em nova edição de 1983 (PORTO ALEGRE, 1983) (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2) do diagnóstico, a classificação da EPATUR apresenta pequena alteração, e traz exemplos dos recursos de oferta para o mercado turístico, sendo estes:

- Naturais: praias, cascatas, serra, fonte (sic) minerais, montes, lagos, lagoas, parques, montanhas, rios, recursos naturais diversos.
- Históricos e Artísticos: museus, igrejas, monumentos, prédios históricos, fortes e outros que têm, além da sua importância como antiguidades, um valor artístico ou pela boa qualidade arquitetônica, ou por conter uma imaginária representatividade que testemunhe os costumes de uma época.
- Culturais: teatros, bibliotecas, entre outros.
- Desportivos: caça, pesca, desportos náuticos, bolão, golf (sic), futebol, outros.
- Folclóricos, Tradicionais e Gastronômicos: onde se incluem bailes, festas tradicionais, cozinha, artesanato, carnaval, rodeios e outras manifestações populares.

No “Relatório de Atividades – 1978” (PORTO ALEGRE, 1978), no âmbito de atividades de pesquisa, informa a realização de um levantamento de dados junto aos equipamentos e elementos componentes da oferta turística de Porto Alegre que, “uma vez catalogado definitivamente, deverá desenvolver-se em forma de constante atualização, o que dotará a Empresa de uma fonte de informações precisa do potencial turístico do município”. Já no Relatório referente ao período junho de 1980 a junho de 1981 (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2), cita o Diagnóstico da Oferta Turística de Porto Alegre, destinado a “constituir uma estrutura técnico-informativa, visando a montagem de um arquivo dinâmico e racional, contendo informações

detalhadas e analíticas da oferta Turística de Porto Alegre (...). O Relatório de Atividades (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2) referente ao período anual seguinte cita a conclusão, publicação, lançamento e início da distribuição do estudo. Já o Relatório de Atividades de 1988 (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2), em seu resumo das atividades realizadas, cita:

5 – Estudo Diagnóstico: início em março, com previsão de conclusão para seis meses;

6 – Mapeamento de zonas de interesse turístico: cadastramento iniciado em março, com previsão para conclusão em quatro meses,

7 – Estudos para elaboração de folheteria, posters e mapas turísticos: iniciados em março.

A publicação de 1989, apresentada em forma de jornal, sob o nome “Perspectivas de Administração na EPATUR” (PORTO ALEGRE, 1989) (AHPAMV, fundo EPATUR, caixa 2) em tópico-resposta à afirmação de a empresa não desenvolver o turismo na cidade, afirma a necessidade da elaboração de uma política de turismo para Porto Alegre, até então inexistente, e que esta constatação impõe uma pergunta que precisa ser respondida: o que é turismo? A resposta da EPATUR é, então,

“orientada pelos princípios de que a produção social material e simbólica (cultural, como é o caso do turismo) deve resultar em benefício do conjunto da sociedade. Mais que isso, deve integrar um processo de elevação e ampliação do universo cultural coletivo. O turismo, enquanto atividade de cultura e lazer, possui uma base material econômica e implica a exploração do patrimônio de caráter coletivo. Porém, nos quadros do sistema capitalista, sua exploração não é coletiva e sim privada, beneficiando as elites dominantes em duas perspectivas: a primeira é a apropriação mercantil do turismo, numa forma particular de mercadoria altamente rentável; a segunda, - desdobramento da primeira -, é que somente estas mesmas elites têm condições econômicas de usufruir destes benefícios. O resultado disto é que a grande maioria da população fica alijada do direito a dispor ao turismo”.

O tópico “Diagnóstico” discorre sobre um Estudo Diagnóstico realizado com o intuito de se determinar a “vocação turística” da cidade, com a coleta de informa es e montagem de um diagnóstico com o mapeamento das zonas de interesse turístico. Aponta que o trabalho do estudo se iniciou com uma pesquisa de levantamento dos recursos existentes e que, a partir disso, as zonas de interesse turístico seriam mapeadas com o objetivo de estabelecer planos que facilitem a sua utiliza o. Traz que as principais fontes de análise que compõe o estudo são os inventários da oferta

e demanda. A oferta é constituída pelos elementos da macroestrutura do município como um todo e da infraestrutura específica. Apurar a demanda significa investigar, compilar e acompanhar os movimentos do fluxo turístico. Para a EPATUR, “o cruzamento e a análise destes dados fornecerá os indicativos para as estratégias de ação”.

Tais documentos fornecem um olhar sobre os meios e ferramentas utilizados pela EPATUR para definir o que seria “vendido” da cidade como produto turístico, ou seja, o quê seria indicado a ser visto, por representar, de acordo com categorias, recursos de oferta para o mercado turístico constituídos de algum valor atribuído como natural; histórico e artístico; cultural; desportivo, ou folclórico, tradicional e gastronômico.

O mais recente “Diagnóstico e Propostas para o turismo 1996/2000” (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2), em suas Ações propostas para o desenvolvimento da Política Municipal do Turismo, traz, nos tópicos:

1. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS:

1.1 Ampliação do cadastro de informações do Banco de Dados, relativo à oferta turística da cidade e desenvolvimento do sistema visando abarcar dados da demanda turística (perfil do visitante, permanência média, renda gerada, etc.).

1.2 A partir do Banco de Dados, criar novos produtos na área de tecnologia de ponta, visando a qualificação e propagação do sistema de Informações Turísticas do Município. Como, por exemplo, disponibilizar essas informações ao “trade” turístico local (hotéis, agências de viagens, etc.) mediante sistema de rede, toque de tela, etc.

2. PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA CIDADE:

Com o objetivo de fixar a imagem de Porto Alegre como Capital Brasileira do Mercosul de modo a estimular o fluxo de turistas bem como aumentar a capacidade produtiva de serviços da oferta turística da cidade, a EPATUR propõe o desenvolvimento das seguintes ações:

2.1 Produção de novas peças gráficas e aumento da tiragem dos materiais disponíveis, visando atender as exigências dos mercados interno e externo.

Na subseção “materiais promocionais”, os descreve:

caracterizam-se enquanto **instrumentos básicos ao trabalho de promoção turística e informativa da cidade (grifo nosso)**. Ao longo destes anos, a EPATUR produziu uma série de materiais necessários ao atendimento da demanda advinda do setor turístico (...), segmento de visitantes, população fixa, participação em eventos, etc.

O documento evidencia os mapas turísticos de Porto Alegre como instrumentos básicos ao trabalho de promoção turística da cidade, atividade essencial da EPATUR, assim como de promoção informativa, ou seja, uma fonte de informação, ao representar os definidos principais pontos turísticos de Porto Alegre no recorte espacial da cidade apresentado. Esse trecho evidencia e fundamenta os mapas como um documento, que, segundo Schellenberg, define-se como

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006 *apud* TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2006, p. 41).

E, ainda, evidencia que seu conteúdo configuraria uma informação arquivística, o que, para Fonseca (2005 *apud* LOUSADA, 2011, p. 30) define-se como a “[...] informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida” e para Silva (2008 *apud* NASCIMENTO, 2016, p. 12) como “[...] aquela produzida, recebida e acumulada por um organismo em razão das competências e atividades necessárias para a realização de seus objetivos” (p. 12). Nessa perspectiva, para Jardim (1999 *apud* VOGAS, 2011, p. 20, grifo nosso) “Os arquivos expressam, portanto, o conjunto dessas *informações orgânicas*, quaisquer que sejam sua data de produção, seu suporte material, sua natureza, acumuladas por uma organização (ou pessoa física), em detrimento de suas ações”, o que remonta ao princípio arquivístico de organicidade, que, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p. 57), define-se como a “Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”.

Ainda, dentro do campo da organicidade, adentrando na conceituação de informação orgânica, nela se encontra a informação representada nestes mapas, visto que “é orgânica a informação que pertence à pessoa ou a organização que a acumulou” (LOPES, 1996 *apud* ROCKEMBACH, 2015), pois “está vinculada ao caráter natural de produção de informação e documentos a partir das atividades desenvolvidas, seja individual, coletiva ou organizacional” (ROCKEMBACH, 2015) e,

no âmbito de suas atividades, a EPATUR gerou uma informação a respeito de qual é a cidade de Porto Alegre, o que há nela para ser visto e o que deve ser visto por turistas, informações estas apresentadas e representadas nos mapas.

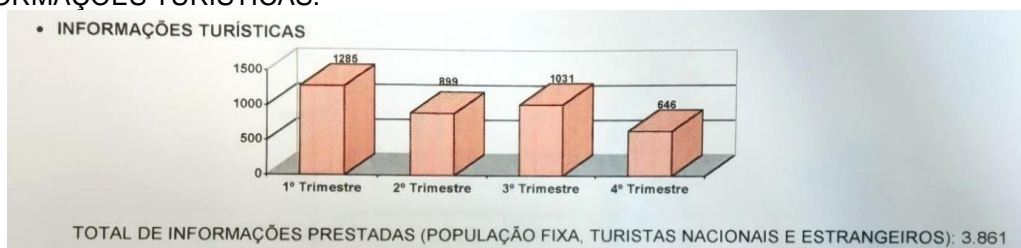
Em seguida, dentre os materiais produzidos em destaque, o documento apresenta o Mapa Turístico de Porto Alegre (planta baixa), em nossa análise, o mapa 2, informando:

Peça que apresenta o traçado das ruas da cidade sendo localizados, neste contexto, os principais pontos turísticos. Até o final deste ano será lançada nova edição deste material em nova concepção gráfica (ampliação do mapa, contemplando as vias de acesso à cidade, atualização de informações e inclusão de sugestões de passeios na cidade). Tiragem total: 72.000 exemplares, sendo 32.000 em fase de produção.

Adiante, o mesmo Diagnóstico apresenta os gráficos do Relatório Estatístico do postos de informações da sede da EPATUR do ano de 1996, que trazem o número de 3.861 informações turísticas prestadas (Gráfico 1A) e o número de 65.348 unidades de material entregue (Gráfico 1B), e do Relatório Estatístico do posto da sede da EPATUR e do Paço Municipal referente ao 1º trimestre de 1997 (Gráfico 2), que trazem o número de 1.036 informações prestadas e 40.489 unidades de material entregue, revelam a dimensão do alcance dos documentos impressos na promoção e comercialização turísticas do município. Ainda, em conjunto com o número informado da tiragem total de 72.000 exemplares da nova edição proposta do Mapa Turístico de Porto Alegre, atestam a grande relevância dos mapas turísticos na promoção turística e informativa da cidade desenvolvidas pelas atividades da EPATUR, com estes contemplando relevante fonte de informação a respeito da cidade a ser visitada, conhecida e reconhecida, através da informação neles representada e indicada pela empresa.

Gráfico 1 - RELATÓRIO ESTATÍSTICO DO POSTO DE INFORMAÇÕES AÇORIANOS (SEDE EPATUR) ANO 1996.

A) INFORMAÇÕES TURÍSTICAS.

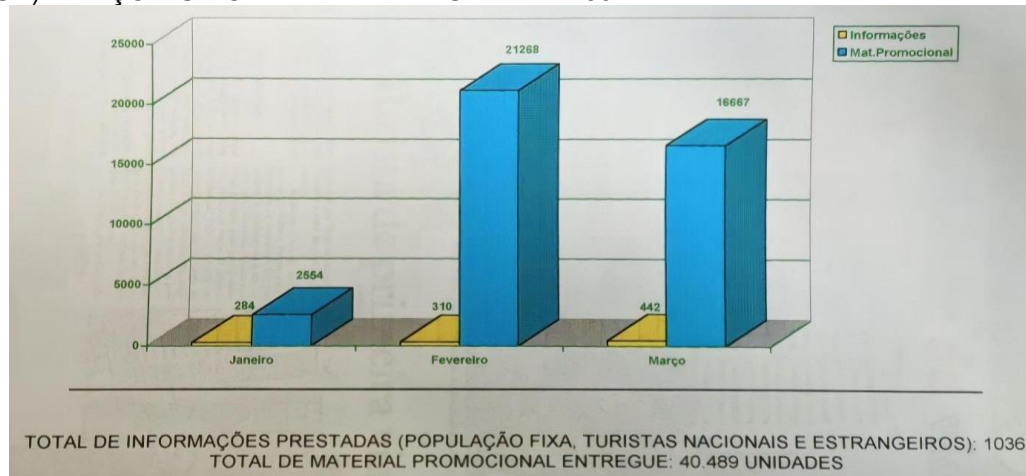


. B) MATERIAL PROMOCIONAL ENTREGUE.



Fonte: Diagnóstico e Propostas para o turismo 1996/2000 (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2).

Gráfico 2 - RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS POSTOS DE INFORMAÇÕES AÇORIANOS (EPATUR) E PAÇO MUNICIPAL – 1º TRIMESTRE DE 1997.



Fonte: Diagnóstico e Propostas para o turismo 1996/2000 (AHPAMV, Fundo EPATUR, caixa 2).

A extinção da EPATUR se iniciou no ano de 2000 através da Lei Complementar nº 447 de 10 de maio de 2000 que, com a criação do Sistema Municipal de Turismo, órgão a ser responsável pelas diretrizes da Política Municipal de Turismo do município, autorizou, em seu art. 17, a extinção da empresa. O processo de extinção foi concluído em 2012 pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) em conjunto com a Procuradoria Geral do Município (PGM), conforme Ata da Assembleia-Geral Ordinária, publicada em 9 de março do mesmo ano no Diário Oficial do Estado e registrada na Junta Comercial (FERRÁS, 2012). No inventário dos fundos da Administração Descentralizada do acervo do AHPAMV, consta que a documentação da EPATUR foi recolhida por trâmites administrativos diretamente da empresa, Arquivo Municipal e Secretaria Municipal, sem data especificada, e avaliados segundo a importância de seu conteúdo para a pesquisa histórica. A documentação é de caráter permanente e de acesso livre.

Essa reflexão, que perpassa estes mapas turísticos como documentos, orgânicos, produzidos em função das atividades de uma instituição (EPATUR) e detentores de uma informação arquivística, vai ao encontro de algumas reflexões

acerca dos conceitos arquivísticos em sua perspectiva pós-moderna e pós-conceitual. Segundo Fonseca (2005 *apud* GOMES, 2014, p. 31) “A teoria arquivística se baseia agora na análise dos processos de criação dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas”. Para Cook, os conceitos arquivísticos “[...] refletem mudanças na natureza dos registros, de criação das organizações, e os mais amplos, os aspectos culturais, legais, tecnológicos, sociais e tendências filosóficas da sociedade” (COOK, 2001, p. 29), e neles, houve um

[...] deslocamento do olhar para os registros enquanto produtos passivos da atividade humana ou administrativos considerando-os, portanto, agentes passivos em constante evolução atuantes na formação da memória humana e organizacional; mudança em já não considerar o contexto da criação dos registros “descansando” dentro de uma estrutura hierárquica organizacional estável, no entanto, situam os registros enquanto integrantes de redes de fluxos de trabalho funcionais (COOK, 2001, p. 29).

Nessa perspectiva, conforme Cook (1997 *apud* Fonseca, 2005, p. 63) “O foco se transfere do documento em si para o seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação”. Nesta linha de entendimento, em conexão com Rabelo (2018), os arquivos cartográficos podem servir de fonte para o estudo das ações dos indivíduos e instituições em determinado momento, e

“a interpretação das informações contidas nos arquivos cartográficos são reveladoras de uma atividade específica e fundamental das sociedades, que é a ocupação de diferentes modos do espaço físico e que criam espaços históricos. O próprio modo de representar esses documentos já é expressivo de um pensamento, de uma consciência estética, enfim, uma linguagem própria, que cria uma realidade específica e se manifesta também de modo único.” (RABELO, 2018, p. 79)

Neste contexto, a presente análise dos documentos cartográficos aqui em foco mostra-se como relevante sob o olhar arquivístico, e para os estudos das práticas informacionais.

4. DESCRIÇÃO DOS MAPAS TURÍSTICOS DE PORTO ALEGRE

Os três Mapas Turísticos de Porto Alegre (AHPAMV, fundo EPATUR, caixa 3) encontrados no fundo documental da EPATUR (Figura 1), apresentam a mesma dimensão total dos documentos, de aproximadamente 60x83,5 cm.



Figura 1 - Visão da capa dos três mapas (dobrados).
Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Os mapas 1 (mapa de fundo azul) e 2 (mapa de fundo roxo) apresentam a mesma configuração, sendo, o título “Mapa Turístico de Porto Alegre”, a mesma planta localizada à direita, com o tamanho de aproximadamente 68x48 cm, à esquerda superior consta quadro de legenda dos nomes dos 52 pontos de interesse representados com implantação pontual nos mapas, enumerados, e de 4 rodovias estaduais e federais de acesso à cidade. Abaixo, um pequeno mapa da América do Sul apresenta a posição geográfica de Porto Alegre em relação a São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e as capitais do Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile, destacando sua localização estratégica entre as maiores metrópoles do continente. Abaixo, são apresentadas informações geográficas, climáticas e populacionais em Português, Espanhol e Inglês. Já o mapa 3 (fundo bege), provavelmente o mais recente, apresenta um mapa panorâmico gráfico de visão abrangente. Nos documentos da EPATUR analisados, encontra-se uma referência ao mapa em questão como uma

“peça de concepção artística, de grande apelo visual, que revela a beleza geográfica da cidade e sua face turística. Este material apresenta-se na formatação de cartaz e com dobras”. A peça, uma ilustração de Vera Muccillo, foi utilizada para o formato de mapa turístico dos documentos 1 e 2, entretanto, preservando apenas o título e descartando os demais elementos encontrados nos documentos prévios, assim apresentando uma dimensão maior de aproximadamente 76,5x53 cm.

As idênticas plantas dos mapas 1 e 2 apresentam o mesmo recorte espacial da cidade (Figura 2), abrangendo a região Central, parte da Zona Norte entre os bairros São Geraldo e Vila Ipiranga, a Zona Leste até seu limite habitável pelo bairro Jardim Carvalho, partindo de parte dos bairros Agronomia e São José, e então em direção oeste abrangendo parte do bairro Teresópolis e Santa Teresa, contemplando o bairro Praia de Belas em um corte na direção sul que abrange até o Estádio Beira Rio, o ponto turístico mais ao Sul contemplado geograficamente no mapa, para além da indicação da direção e vias para os morros da Apamecor e do Sabiá. A Zona Sul é a zona da cidade menos contemplada nos mapas, tanto espacialmente quanto na apresentação de pontos turísticos, que se concentra na região mais próxima ao Centro e Orla do Guaíba (Figura 3), devido ao desenvolvimento histórico da cidade e valorização de seus espaços e edificações, contribuindo para a concentração da indicação dos pontos turísticos nessa região, evidenciando um reconhecimento da cidade, inclusive espacial, através da perspectiva de seu patrimônio histórico e arquitetônico, principalmente.

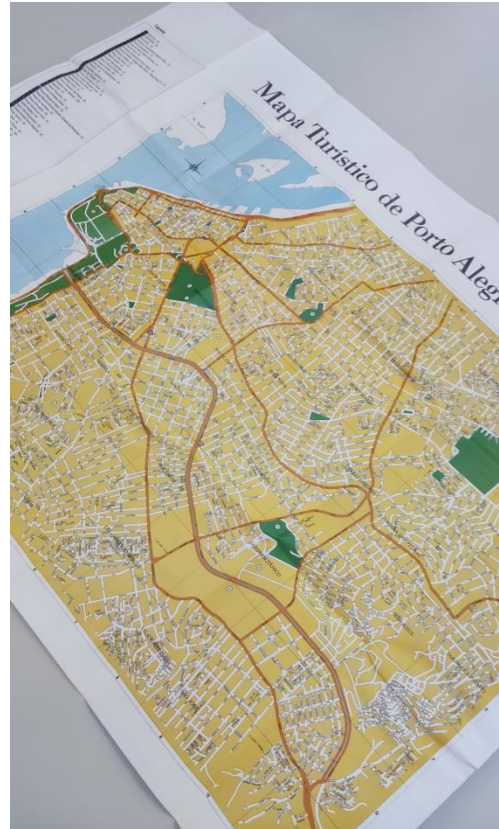


Figura 2 - Recorte espacial da cidade e configuração dos mapas 1 e 2.
Fonte: Produzida pelo autor (2022).

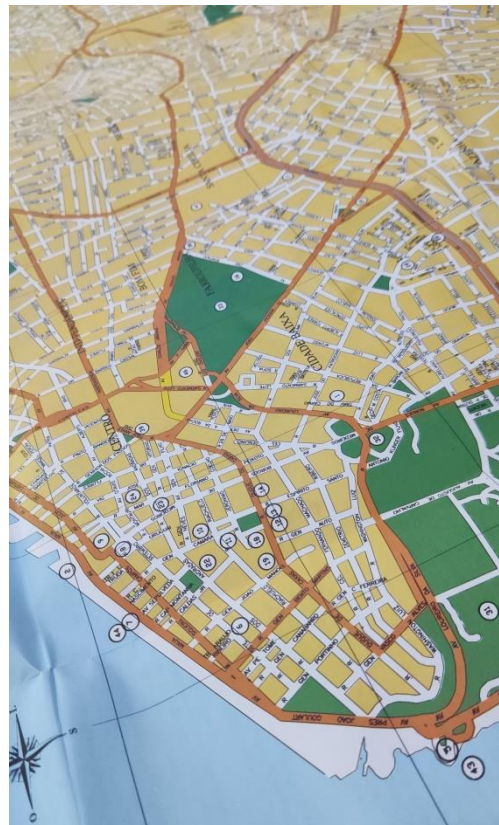


Figura 3 - Concentração de pontos de interesse na região Central.
Fonte: Produzida pelo autor (2022).

Ambos representam os mesmos 52 pontos de interesse indicados graficamente através de numeração pontual em suas localizações geográficas, com legenda com seus respectivos nomes no canto superior esquerdo, não fazendo distinção por tipo de recursos turísticos. Buscando enquadrá-los nas "categorias" de recursos turísticos do município criadas pela EPATUR, encontramos que a categoria de recursos Naturais apresenta 11 pontos turísticos, recursos Históricos e Artísticos 13, recursos Culturais 2 e recursos Desportivos 5 pontos. A categoria de recursos Folclóricos, Tradicionais e Gastronômicos não se evidencia nos pontos indicados. São então categorizados 31 dos 52 pontos apresentados, deixando 21 pontos não facilmente identificáveis nas categorias ou cujo tipo de recurso não encontra previsão nas mesmas, como a indicação de hospitais, universidades, shopping centers, terminais de transporte e da própria sede da EPATUR.

Entretanto, buscando abarcar os 52 pontos apresentados, criamos uma categorização de interesses em: **Cultural, Científico e Artístico, Valor Arquitetônico, Natural, Desporte e Lazer e Transporte, Comércio e Serviços**. As 4 categorias então apresentam, respectivamente, 8, 12, 15 e 17 pontos evidenciados nos mapas.

Já a ilustração gráfica do mapa 3 (Figura 4) apresenta ampla visão panorâmica de toda a cidade e seus limites, incluindo o Extremo Sul e o Rio Gravataí ao norte, morros das Zonas Sul e Leste e algumas ilhas como a Ilha da Pintada com seus rios e canais, nomeados. Apresenta os morros da cidade com seus nomes e alturas e as principais vias da cidade com seus nomes. A Zona Sul é a única zona que recebe identificação de alguns de seus bairros, como do Belém Velho, Restinga, Vila Nova, e bairros da orla do Guaíba como Ipanema, Espírito Santo e Guarujá. O mapa apresenta 73 representações em desenho de pontos de interesse com seus respectivos nomes escritos próximos, incluindo os serviços de transporte como a Rodoviária, Aeroporto e estações da TRENURB, hospitais e universidades.

Quase a totalidade dos pontos indicados é mantida, excluindo, entretanto, o Museu Júlio de Castilhos, único museu apresentado nos mapas 1 e 2, e o Centro Municipal de Cultura. Também é excluído o Solar dos Câmara e o Monumento ao Expedicionário, este, entretanto, é ilustrado no Parque da Redenção. As inclusões mais notórias contra os mapas anteriores são dos cemitérios da cidade, um reflexo de uma provável criação recente do roteiro turístico de arte cemiterial, do Porto Seco

e do CTG 35, primeiro ponto turístico indicado que refletiria a categoria de recursos tradicionais, folclóricos e gastronômicos da cidade criada pela EPATUR na década de 70. Diferentemente dos mapas anteriores, os pontos não possuem implantação pontual e quadro com legenda dedicada. Existem, ainda, desenhos pictóricos sem o seu respectivo nome de identificação, assim como o inverso. A Prefeitura Municipal, a Igreja Nossa Senhora das Dores, a Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ), o prédio do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), o Cais do Porto, a Praça da Alfândega e o citado Monumento ao Expedicionário aparecem ilustrados no mapa, entretanto, não nomeados (Figura 5). Já no caso do Largo dos Açorianos, das Palmeiras Imperiais da Av. Ipiranga e da Travessa dos Venezianos, ocorre o inverso, constando apenas a indicação de seus nomes em suas respectivas localizações geográficas. A região Central da cidade permanece com a maior concentração espacial de indicação de pontos de interesse, bem como de desenhos pictóricos de edificações.

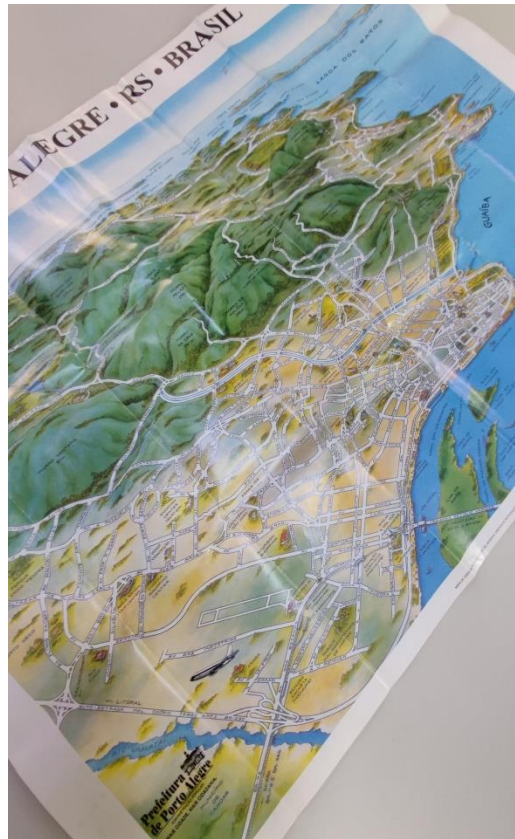


Figura 4 - Visão panorâmica do município do mapa 3.
Fonte: Produzida pelo autor (2022).

que resgatam o passado, ao mesmo tempo em que projetam o futuro da bela capital, que se apresenta ora frenética, ora contemplativa. Porto Alegre ainda apresenta as 4 estações do ano bem definidas, com temperaturas, cheiros e cores característicos de cada uma.”

O tópico “Vida Cultural” afirma que “a programação cultural da capital gaúcha é efervescente e qualificada. Não bastasse a recuperação do Theatro São Pedro (1858) resgatar para a cidade a condição de centro cultural de vanguarda do país, onde muitos dos grandes espetáculos vem do eixo RJ/SP para fazer sua estréia, Porto Alegre ainda tem a peculiaridade de ser a capital com o maior número de salas de cinema por habitantes. Shows locais, nacionais e internacionais movimentam as casas de espetáculos que, juntamente com exposições de arte, artesanato, museus, bibliotecas e dois complexos culturais, como a Usina do Gasômetro e a Casa de Cultura Mario Quintana, completam um roteiro cultural dos mais qualificados”.

O tópico “Compras” propaganda: “sofisticadas grifes que vão do setor da moda à informática, até as mais populares como o artesanato local e as feiras do vestuário, fazem do roteiro de compras uma atração à parte para os visitantes da capital gaúcha. Ultrapassando a questão do consumo, o comércio da cidade caracteriza-se como um importante parceiro do desenvolvimento urbano, totalmente inserido nos seus aspectos históricos, culturais e sociais. A mais antiga artéria da cidade, a Rua da Praia (Rua dos Andradas), onde se localizam boutiques, lojas, magazines, galerias e shoppings, é, indiscutivelmente, o lugar de maior evocação histórica e colorido local. Além das tradicionais ruas do comércio, os mais modernos shopping centers da América Latina constituem hoje, o principal pólo de compras do sul do país, reunindo uma multiplicidade de produtos, serviços e lazer que atendem as mais variadas necessidades e prazeres. É nos shoppings, também, que os visitantes podem admirar o desfile das mais belas mulheres gaúchas em sua elegância clássica, como se fosse uma imensa vitrine natural.”

O tópico “Gastronomia” se vangloria pela cidade ser “Conhecida como a cidade de maior influência européia do Brasil, Porto Alegre conta com um potencial gastronômico internacional dos mais atraentes. Pratos típicos do mundo inteiro unem-se à culinária típica gaúcha, com suas carnes suculentas, na oferta variada que agrada ao mais exigente paladar. (...) Os restaurantes oferecem, ainda, localização, conforto e serviços dos mais qualificados, o que já se transformou em marca da capital gaúcha. A carta de vinhos, fundamental para os porto-alegrenses,

oferece opções para todos os gostos, desde os importados até a mais variada gama de vinhos originários das grandes e reconhecidas vinícolas do estado. O texto também contrasta a presença de grandes cadeias internacionais gastronômicas com as “tradicionais” casas de chá e cafeterias da cidade.

O tópico “Serviços” afirma que “Porto Alegre pode orgulhar-se do seu alto padrão de serviços que, a exemplo das grandes metrópoles, está apoiado no avanço tecnológico dos modernos equipamentos de informática e na especialização de seus recursos humanos (...) Mas apesar de todo o seu desenvolvimento e eficiência, a capital gaúcha mantém-se acima de tudo, uma cidade humana com um espírito coletivo de cidadania, onde os visitantes são bem recebidos e convidados a desfrutar de tudo que ela oferece”. O tópico também destaca o aeroporto internacional, terminais ferroviários e rodoviários, a oferta hoteleira de 6 mil leitos e os serviços de tele-entrega e lojas de conveniência espalhadas pela cidade.

5. DIÁLOGO COM O REFERENCIAL TEÓRICO

Como já entendemos, para a construção de mapas, quaisquer que sejam, é preciso estabelecer o recorte espacial e delimitação a ser representados, já que, segundo Santos:

Há certa dificuldade da Geografia, reconhecida por vários de seus teóricos, em apreender o espaço enquanto objeto, enquanto conceito e enquanto representação. É muito comum nos havermos em debates sobre o que seja uma forma da cidade, forma do campo ou os limites de um lugar, região ou território e seus intermináveis critérios de delimitação (administrativos, políticos, ecológicos, fenomenológicos, etc.) (SANTOS, 2010, p. 8).

Logo, a construção de um mapa turístico de uma cidade compreende critérios de delimitação dos limites do município a ser representado, critérios que ditarão, em um contexto de mercado turístico, qual espaço da cidade representa o que é para ser “vendido”, ou seja, visto e conhecido pelos visitantes.

Ainda, para o geógrafo,

(...) como a totalidade do espaço é inatingível, enquanto representação como objeto, este espaço apenas pode ser representado em parte, e em diferentes níveis de representação, por exemplo, em escalas, em conjunto de conteúdos ou variáveis (...) A história tradicional da Geografia nos ensina que existem diferentes níveis de representação de espaço: existe o espaço urbano, o espaço rural, o espaço fenomenológico, etc. Associados à cada nível de representação de espaço abrimos sua respectiva imagem, seus respectivos símbolos, seus respectivos mapas, seus respectivos esquemas (SANTOS, 2010, p. 8-9).

Desta forma, analisando o recorte espacial dos três mapas, percebemos uma grande diferença deste dos mapas 1 e 2 para o 3. Enquanto os mapas 1 e 2 mostram um recorte completamente urbano e, ainda, excluindo quase que inteiramente uma zona da cidade (Sul) em uma planta baixa com os nomes dos bairros e das principais vias da cidade, o mapa 3 apresenta uma visão panorâmica da cidade, abrangendo toda sua extensão territorial, e, através da ilustração gráfica, apresentando as características ambientais da região, como o relevo, com a indicação dos principais morros do município, e das lagoas da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba.

Entretanto, para estudarmos uma informação espacial da cidade, representada nos mapas, é na Geografia das Representações que encontramos um

arcabouço, como o “segundo espaço”, de Bettanini (1982). Nas palavras de Stefenon, a representação e a espacialização do mundo, para o autor, “está ligada ao estudo das diversas maneiras pelas quais nos é possível “representar” no espaço nossa própria sociedade, fato que conduz e influencia a percepção daqueles que habitam este espaço“. (p. 161). Essa linha de entendimento está de acordo com Filho (2005) ao afirmar que a representação é uma forma de conhecimento e que, ao aproximar o pensar da geografia com as representações sociais, afirma que muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para a organização da realidade. Ainda, trata a Geografia das Representações como uma Geografia do conhecimento simbólico e reconhece, em uma de suas instâncias analíticas, que as representações sociais contribuem para se chegar uma dimensão de análise da

espacialidade de identidades sociais marcadas pelo processo de modelização simbólica, em formas institucionalizadas e objetivadas enquanto representações. Demonstra como os atores sociais individuais e coletivos marcam a existência de determinada realidade espacial (RABELO, 2018).

Assim, entendemos os espaços representado nos mapas turísticos de Porto Alegre selecionados como um segundo espaço, compreendendo que são realidades espaciais construídas e, ainda, como espaços de representação, pois neles é representada a narrativa turística construída nos planos de gestão e promoção turística da EPATUR, um dos atores sociais envolvidos na exploração do turismo de Porto Alegre enquanto atividade econômica, e instituição produtora dos mapas. Longe de apresentar as delimitações políticas do município, com os nomes de todos os seus bairros, com suas principais vias, os recortes dos mapas abrangeram os espaços do município que os atores entenderam como possuindo maior potencial vendável como recurso de oferta turística, principalmente no recorte dos mapas 1 e 2. O que, porém, se mantém no mapa 3, que apesar de expandir o recorte espacial apresentado, manteve a exclusão de bairros graficamente.

Para o historiador Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso,

o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competição cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (...) Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas -, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais”. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Desta forma, assimilamos que o estudo da representação da cidade descrita anteriormente e a busca do entendimento de seus critérios e delimitações, demarcados pela EPATUR, revela a dimensão de informação contida nos mapas pois, ainda,

(...) a possibilidade de analisar as representações, por um lado, como incorporação sob forma de categorias mentais das classificações da própria organização social, e por outro, como matrizes que constituem o próprio mundo social, na medida em que comandam atos, definem identidades (CHARTIER, 1990, p. 18).

Essas reflexões perpassam os entendimentos de Uller, ao afirmar que

Seja no campo da comunicação, ou ainda no operacional, observando o conteúdo do mapa, no contexto em que é criado, percebe-se que este cumpre, acima de tudo, uma função social atrelada ao seio de uma comunidade capitalista. Assim, em nenhum momento pode estar isento da condição de documento inerente a uma indústria do lazer e a serviço de alguma ideologia (ULLER, 2010, p. 57).

A autora atenta para os participantes do processo de idealização e produção dos mapas, ou seja, os agentes sociais envolvidos na construção desta realidade espacial (empresários, operadoras de turismo, estudantes do setor, sujeito turista, órgãos de planejamento e orientação do serviço, imprensa e demais grupos pertinentes). Assim, dialogamos com o fato de que os mapas turísticos da EPATUR foram idealizados com o intuito de vender um produto turístico no âmbito de uma atividade de exploração econômica do espaço e do patrimônio municipais, o que vai ao encontro de Morigi e Costa, ao afirmar que

As práticas de divulgação das atividades turísticas das cidades e as informações veiculadas através das narrativas publicitárias (folders, folhetos, roteiros turísticos...), baseiam-se em uma visão fragmentada e espetacular dos fatos e das realidades locais das cidades e seus lugares, das pessoas e sua história. Essa visão acaba se constituindo na matéria-prima incorporada por agentes sociais (administradores) responsáveis pelos

processos de racionalização prescritos pelos planos de gestão turística municipais (...).” (MORIGI; COSTA, 2010, p. 2) .

Ainda, para os autores, nessa lógica a informação turística opera em uma narrativa midiática que transforma os monumentos da cidade e lugares de memória em uma narrativa do espetáculo. Para Massoni (2021, p. 72), a narrativa turística visibiliza alguns elementos em detrimento de outros, que são relegados ao esquecimento, tendo em vista a promoção da cidade. Nestes entendimentos encontramos as características da comunicação turística de Baldissera que, ainda, sobre a seleção dos atrativos turísticos, afirma que

[...] algumas materializações culturais são avalizadas e valoradas como potencialmente vendáveis em detrimento de todo o restante. [...] Assim, ocorre sua sobreposição ao restante das manifestações, que passam a ser apenas traços secundários, pouco interessantes para o turismo. Como representação cultural, passam a identificar o local, tornando-o específico, diverso, particularmente interessante para se conhecer em turismo. (SANTOS JÚNIOR; BALDISSERA, 2007, p. 123 *apud* MASSONI, 2021, p. 69).

Esse contexto de seletividade, construção de narrativa, mercantilização do espaço, inclusão e exclusão encontrada nos três mapas, culmina na crítica de Uller:

Esta ideologia perpassa diferentes caminhos até se chegar ao produto final e, são estes que vão dar o arcabouço do mapa turístico. (...) A participação de todas estas parcerias no processo de idealização e produção do mapa compromete muito do resultado, colocando ideologias em prioridade com relação ao ideal técnico-científico (ULLER, 2010, p. 58).

Para a autora, os produtos cartográficos do turismo não podem se eximir da responsabilidade que possuem por participarem do campo das comunicações e a visão do Geógrafo deve atentar-se à formação das consciências e visões de mundo a partir do desprendimento das ideologias presentes. Sobre o como dizer, o que dizer e para quem dizer, Uller discorre que

Tais considerações são fundamentais antes mesmo de se planejar o mapa, pois elas direcionam os caminhos, métodos e instrumentos a se utilizar para tornar o instrumento representativo, o mapa, um material eficiente que possa atingir os seus objetivos de comunicar e (in)formar.

Desta forma, entendemos os mapas analisados como instrumentos de representação gráfica de informação, pois, de acordo com Morigi e Costa,

As informações turísticas disponibilizadas pelas fontes de informações, retomadas e re-significadas pela narrativa publicitária em anúncios e outras formas de difusão, exercem a mediação do conhecimento e possibilitam a geração e a circulação dos sentidos divulgados sobre o lugar e os produtos anunciados. Estes passam a fazer parte do imaginário e a constituir o repertório das lembranças dos visitantes (MORIGI; COSTA, 2010, p. 9).

Assim, ainda, concebemos os mapas como fonte de informação aos turistas por eles guiados ao visitar a cidade, pois, de acordo com sua narrativa turística comunicada com o auxílio da representação gráfica do espaço geográfico e dos pontos de interesse e atrativos turísticos selecionados, apresentam um modelo de realidade da cidade a ser conhecida, com suas inclusões e exclusões geográficas, culturais e espaciais, ficando responsáveis pela constituição do discurso informativo de qual é a cidade de Porto Alegre. O discurso constituinte desta informação é facilmente compreendido ao analisarmos trechos da narrativa sobre a cidade apresentada nos tópicos textuais do verso dos documentos e, relacionando esta apresentação de identidade da cidade com a categorização dos pontos de interesse, examinaremos como ela se reflete na representação construída nos mapas:

Acerca do trecho “Irretocáveis construções do início do século contrastam com a silhueta urbana de modernos espigões de vidro, que se refletem no rio, fazendo lembrar uma pequena Manhattan” do tópico Contrastes: Nos mapas 1 e 2, 12 dos 52 pontos de interesse refletem a categoria de Valor Arquitetônico. No mapa 3, são 21 dos 87 pontos. Os três mapas exploram o valor estético do patrimônio arquitetônico da cidade, localizado, majoritariamente, no Centro Histórico, pautado pelas edificações ornamentadas do séc. XX. Entretanto, para Freire (1997), “as cidades não podem ser diferenciadas por suas pontes, viadutos, praças ou museus, mas sim, pela maneira com que essas construções se reapresentam no imaginário de seus habitantes” (pág. 111), o que vai ao encontro à Silva: “O que faz uma cidade diferente da outra não é só a sua capacidade arquitetônica (...) mas os símbolos que os seus próprios habitantes constroem para representá-la.” (SILVA, 2010, p. 27).

Acerca do tópico Vida Cultural, o trecho “Shows locais, nacionais e internacionais movimentam as casas de espetáculos que, juntamente com exposições de arte, artesanato, museus, bibliotecas e dois complexos culturais, como a Usina do Gasômetro e a Casa de Cultura Mario Quintana, completam um roteiro cultural dos mais qualificados”: Nos mapas 1 e 2, 8 dos 52 pontos refletem a

categoria de recurso Cultural, Científico e Artístico. No mapa 3, são 7 de 87 pontos. De maneira geral, os três mapas analisados carecem da indicação de pontos de interesse da categoria, e dos diversos “lugares de memória” da cidade, como os museus, bibliotecas e arquivos. Embora sugerido nos “atrativos turísticos” no verso dos documentos, p. ex., o Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS) não é representado nos mapas, e, portanto, sua localização geográfica não é apresentada. O próprio Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo não é sugerido ou representado, assim como os diversos outros museus localizados na região central e no restante da cidade. A Biblioteca Pública do Estado (BPE), única biblioteca indicada nos mapas 1 e 2, não é representada no mapa 3. Já o Theatro São Pedro, único teatro da cidade apresentado, é representado nos três mapas.

Em nenhum mapa são apresentados os arquivos públicos localizados na cidade, como o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e o próprio Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), guardião do patrimônio municipal documental da cidade. Mesmo que ambos ofereçam prestação de serviços ao público geral e atividades pensadas especificamente para seus cidadãos e visitantes interessados em conhecer a história de Porto Alegre através dos seus acervos, e ainda que estas instituições poderiam, também, se caracterizar como os recursos de oferta turística levantados pela EPATUR como históricos, artísticos e culturais. Para Morigi e Costa (2010) os atrativos culturais são a maneira de ser de cada povo, o estilo, responsável por práticas diferenciadas identificadoras de cada município ou região, como manifestações de comportamento, vestimentas, linguagem, alimentação (...). Deste modo, ainda elencamos o tópico Gastronomia, com o trecho: “Porto Alegre conta com um potencial gastronômico internacional dos mais atraentes. Pratos típicos do mundo inteiro unem-se à culinária típica gaúcha, com suas carnes suculentas, na oferta variada que agrada ao mais exigente paladar”. Neste entendimento, compreendemos que o único ponto da modalidade de atrativo cultural representado nos mapas é o 35 CTG (Centro de Tradições Gaúchas), encontrado no mapa 3. Partindo dessa análise, cabe indagar a falta de indicação de pontos de interesse que refletissem recursos, sob o viés da categorização da EPATUR, “folclóricos, tradicionais e gastronômicos” e de espaços de manifestação política e cultural, como a Esquina Democrática. Entendemos uma carência de representação de pontos dignos de serem vistos que refletissem singularidades e particularidades da cidade para além da exibição de prédios

ornamentados e parques, p. ex, mas também representassem o modo da cidade de existir, conviver, se manifestar, em sua construção imaginária compartilhada e idealizada socialmente de qual é a cidade de Porto Alegre pautadas pelas relações com e no espaço urbano, pois, para Fennell (2002 *apud* ULLER, 2010), “uma indústria do turismo mal planejada gera problemas irreversíveis, a população perde sua identidade, se adapta aos costumes estrangeiros para agradar aos turistas”.

Os tópicos Compras e Serviços discursam, respectivamente: “sofisticadas grifes que vão do setor da moda à informática, até as mais populares como o artesanato local e as feiras do vestuário, fazem do roteiro de compras uma atração à parte para os visitantes da capital gaúcha (...) Além das tradicionais ruas do comércio, os mais modernos shopping centers da América Latina constituem hoje, o principal pólo de compras do sul do país”, e “Porto Alegre pode orgulhar-se do seu alto padrão de serviços que, a exemplo das grandes metrópoles, está apoiado no avanço tecnológico dos modernos equipamentos de informática e na especialização de seus recursos humanos”. Nos mapas 1 e 2, 17 dos 52 pontos refletem a categoria de Transporte, Comércio e Serviços. No mapa 3, são 33 de 87 pontos. A quantidade de indicações desta categoria levanta uma reflexão acerca dos critérios e elementos utilizados para a construção da narrativa da cidade a ser apresentada e promovida nesses mapas turísticos, considerando suas escolhas diante de numerosos outros atrativos de Porto Alegre a serem conhecidos e visitados, das mais diversas categorias e localizações. A categoria inclui elevado número de *shopping centers*, hospitais e universidades. A análise desses atrativos pode indicar a construção narrativa de Porto Alegre como uma cidade “moderna” dos *shoppings centers*, fato que pode ser explicado pelo *boom* na construção e valorização desses espaços no Brasil ocorrida nas décadas de 80 e 90, e ainda dotada de grande número de instituições de atividades de caráter científico e tecnológico.

Para Monmonier (2010 *apud* ULLER, 2010), “mapas, como discursos e pinturas, são criados a partir de um conjunto de informações e que também estão sujeitos à distorções decorrentes da ignorância, ganância, cegueira ideológica ou malícia” O autor, sobre os mapas utilizados para fins de publicidade, adverte:

“A maioria dos usuários de mapas voluntariamente toleram “mentiras brancas” em mapas, e não é difícil para os mapas também dizer mentiras mais graves. A razão para isto é que os mapas têm um efeito duplo: não só para informar o seu público, mas também para impressioná-los - para

convencer, para fazer um ponto, para vender um produto (MONMONIER, 2010 *apud* ULLER, 2010 p. 115).

Desta forma, entendemos que os mapas analisados fornecem uma informação geográfica, cultural e espacial da cidade construída por um projeto turístico para o município, pautado pela idealização de um produto turístico que atraísse os participantes deste mercado, como os turistas reais e potenciais e a iniciativa privada, visto que a EPATUR foi constituída como uma empresa de economia mista, e buscava a participação de investimentos privados nas atividades de desenvolvimento e promoção da atividade turística de Porto Alegre. Conseqüentemente, o desenvolvimento destes produtos informacionais, os mapas turísticos, foi idealizado de forma que representasse uma cidade que, também, entendia-se que o público pretendido, os usuários destes mapas, gostaria de ver. Assim, o espaço urbano e seu patrimônio passaram por processos seletivos atuando com o ocultamento e apagamento de espaços, como dos espaços periféricos e espaços de estrutura urbana precária, e promovendo uma fragmentação urbana a ser representada e mercantilizada, através da informação de um extraterritório de revelações e apagamentos políticos e ideológicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder à problemática proposta no trabalho, de qual cidade, como fonte de informação, os mapas representam, definiu-se como objetivo geral refletir sobre a representação de Porto Alegre a partir de mapas turísticos produzidos pela Empresa Porto-Alegrense de Turismo S.A. (EPATUR) no final do século XX. Para se atingir uma compreensão do objetivo geral, definiu-se três objetivos específicos, sendo o primeiro, caracterizar os mapas como fonte de informação. Para tal, analisou-se o contexto de criação destes documentos cartográficos, desenvolvidos como instrumentos da atividade de promoção turística da cidade, objetivo de sua instituição criadora, no sentido do uso dos mapas, pelos seus usuários, como leitura da cidade de Porto Alegre. Desta forma, entendemos que os mesmos, neste contexto, constituem fonte de informação, visto que expressam, com sua linguagem própria, a linguagem cartográfica, um modelo de cidade a ser reconhecido pelos turistas que a visitarem, guiados pela informação da cidade acessada através deles.

Para o segundo objetivo, que foi refletir sobre a história de Porto Alegre no final do século XX, a partir de informações cartográficas, verificamos o contexto político-administrativo da cidade refletido nos documentos analisados. A EPATUR, como empresa inserida na gestão municipal, demonstra nos mapas a elaboração de um projeto turístico para a cidade. Assim, entendemos que Porto Alegre encontrava-se em um momento de criação de sua imagem e vocação turísticas, então, apoiados pela criação de políticas e instituições públicas de exploração desta atividade econômica, se utilizando do espaço urbano e seus elementos materiais e imateriais.

Para o terceiro objetivo específico, que foi analisar os mapas como instrumentos de representação da informação, investigamos a forma pela qual os mesmos representam a informação da cidade utilizando seu recorte espacial, seus elementos gráficos e a apresentação seletiva de seu patrimônio urbano para representar uma narrativa turística pretendida. Assim, entendemos que os mapas representam uma informação pautada por critérios de delimitação geográficos, políticos e ideológicos. Ainda, visto que a informação é sempre uma representação, ou seja, incompleta por natureza e moldada por intenções e propósitos, neste caso, a serviço da cadeia econômica do turismo, esta perpassa a cultura e história local, mas representa nos mapas uma faceta ou segmento da cidade.

Entendemos que este trabalho enriquece os estudos arquivísticos ao refletir sobre a dimensão da informação que os documentos em questão contém, induzindo ao pensamento dos reflexos e desdobramentos reais ocorridos a partir do acesso desta determinada informação, neste determinado suporte. Desta forma, também, valorizamos os documentos cartográficos, comumente invisibilizados pelo pensar arquivístico e nos arquivos. A análise destes mapas enquanto documentos dotados de organicidade e relevância nos fluxos informacionais, amparada pelos documentos de constituição, políticas e organização administrativa da EPATUR revela, em seu contexto, e relacionados com a criação dos discursos neles contidos, a dimensão dos processos informacionais gerados a partir destes documentos específicos. O trabalho ainda traz à luz um conjunto documental custodiado por um arquivo público, que constitui fonte potencial de pesquisa histórica sobre a cidade de Porto Alegre e sua administração.

Quanto às dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho, destacamos a lacuna de bibliografia arquivística específica ao tema, no tocante não apenas ao suporte estudado, mas também aos processos de como ocorre a criação e comunicação de informação em documentos não-textuais. Ainda, encontrada na tarefa de classificar o patrimônio urbano para se refletir qual cidade os mapas representam, visto que muitos atrativos selecionados pela EPATUR configuram mais de uma categoria de valor de interesse, ou não parecem se encaixar em alguma categoria típica de oferta na narrativa do mercado turístico. Também, houve dificuldade em delimitar os campos conceituais a serem explorados e relacionados no trabalho, uma vez que a temática escolhida é de ampla multidisciplinaridade e envolve estudos mais aprofundados de outras áreas do conhecimento, os quais não são familiares aos estudos arquivísticos, dificultando a abordagem dos mesmos em um TCC.

Entretanto, estas dificuldades ainda se apresentam como oportunidades de pesquisa, de reflexão e entendimentos acerca da problemática pesquisada e de como os pontos de entroncamento conceituais perpassam os estudos arquivísticos, ao passo que tornam-se necessários para se compreender a informação contida nestes documentos.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41).
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos**. 2. Ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.
- BETTANINI, Tonito. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860011.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.
- COELHO, Fabiano. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras**, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014.
- COOK, T. **Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives**, *Archivaria*, n. 51, 2001.
- FERRÁS, Adriano. **Prefeitura conclui o processo de extinção da Epatur**. Prefeitura de Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_noticia=150302&PREFEITURA+CONCLUI+O+PROCESSO+DE+EXTINCAO+DA+EPATUR. Acesso em: 22 fev. 2023.
- FIALHO, Daniela Marzola. Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana. **Nuevo mundo mundos nuevos**. França, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11788/000610727.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 out. 2022.
- FILHO, Sylvio Fausto Gil. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, UERJ, n. 19-20, p. 51-59, jan/dez, 2005.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo - um estudo na cidade de São Paulo**. São Paulo, f. 317, 1995 Tese (História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- GOMES, Natália Rocha. **GESTÃO DE DOCUMENTOS JURÍDICOS ELETRÔNICOS E SEU VALOR PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO RIO DE JANEIRO**. Niterói, f. 76, 2014 Trabalho de Conclusão de Curso - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/8329/Oficial%20TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GÓMEZ, M. N. G. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 1999.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confinos** [Online], v. 5, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

IBGE, **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 130 p. (Manuais técnicos em geociências, n. 8). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8595_v1.pdf. Acesso em: 03 out. 2022.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Campinas: Editora Papirus, 2004.

LOCH, Ruth Nogueira. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: UFSC, 2006.

LOUSADA, Mariana. **Informação Orgânica como Insumo Estratégico para a Tomada de Decisão em Ambientes Competitivos**. Marília, f. 251, 2011 Dissertação (Ciência da Informação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, Marília, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/lousada_m_me_mar.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

MACEACHREN, A. M. **How maps works: representation, visualization, and design**. New York: Guilford Press, 1995.

MASSONI, Luis Fernando Herbert. **Informação, comunicação, memória e cidade: Lembranças e esquecimentos nas narrativas turísticas sobre Porto Alegre e seu patrimônio cultural**. Porto Alegre, f. 212, 2021 Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/223526>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MAZIERO, L. T. P. **Influência dos aspectos das interfaces na comunicação dos mapas interativos e a proposição de diretrizes para o design dessas interfaces**. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Geodésicas), Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MORIGI, Valdir Jose; COSTA, Carmen Lucia Oliveira. **Informações turísticas e cultura: um estudo sobre o material publicitário na construção da memória social**. n. 11. 2010. **Anais [...]**. 2010, p. 1-21. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27125>. Acesso em: 22 fev. 2023.

NASCIMENTO, Luana de Almeida. **PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO**. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 111 – 130, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 322.

PORTO ALEGRE. Prefeitura de Porto Alegre. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Mapa Turístico de Porto Alegre**. [Porto Alegre]: EPATUR, s/ ano. 3 mapas.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). Lei n. 3741, de 28 de dezembro de 1972. Diário Judicial Eletrônico, Porto Alegre, 24 de abril de 2015, ano 1972. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1972/374/3741/lei-ordinaria-n-3741-1972-autoriza-a-constituicao-da-empresa-porto-alegrense-de-turismo-s-a-epatur-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Turismo em Porto Alegre**: dados para investimentos. Coord. Memória Cultura, Arquivo Histórico [1977]. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1975.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Relatório de Atividades – 1975**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1975.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Relatório de Atividades – 1978**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1978.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Relatório de Atividades – 1980-1981**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1981.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Relatório de Atividades – 1981-1982**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1982.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Relatório de Atividades – 1988**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1988.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Diagnóstico da estrutura turística de Porto Alegre**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria do Governo Municipal, out/1981.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Diagnóstico da estrutura turística de Porto Alegre**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria do Governo Municipal, nov/1983.

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Diagnóstico e Propostas para o turismo 1996/2000**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [199-].

PORTO ALEGRE. Empresa Portoalegrense de Turismo S/A (EPATUR). **Perspectivas de administração na EPATUR**. Assembléia Geral e Debate. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Administração Popular, 1989.

RABELO, Marcos Prado. O CONTEXTO ARQUIVÍSTICO DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS E SUAS RELAÇÕES DE ORIGEM NAS DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. **Anais [...]** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 66-83, out. 2018.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015.

ROSA, Flávio Sammarco. Impactos da informática na Cartografia. *In: Simpósio internacional sobre novas tecnologias digitais em geografia e cartografia*, 1996, São Paulo, Anais. São Paulo: LEMADI, 1996, p. 34-39.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. 1. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTI, Helena Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Anagrama**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2008.

SANTOS, Marcio Pereira. A Paisagem como Imagem e Representação do Espaço na Geografia Humana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 14, n. 2, p. 151-165, 2010.

SILVA, Armando. **Imagínarios urbanos**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 2000.

SOUZA, Arildo João de, *et al.* **Cartografia**. Indaial: Uniasselvi, 2013. 210 p.

STEFENON, Daniel Luiz. O conceito de espaço de representação: fundamentos para a compreensão da cultura na escola. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 4, p. 158-174, 2012.

TANUS, Gabrielle Francinne; RENAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 8, n. 2, p. 158-174.

ULLER, Adriana Salviato. **Cartografia turística: uma leitura dos mapas temáticos de uso do turista em Ponta Grossa-Paraná**. São Paulo, f. 221, 2010 Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-10012011-124551/publico/2010_AdrianaSalviatoUller.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

VOGAS, Elen Cristine Monteiro. **ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DOS ARQUIVOS PESSOAIS FRENTE AOS NOVOS USOS DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: O ARQUIVO DARCY RIBEIRO**. Niterói, f. 108, 2011 Dissertação (Ciência da Informação) - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2011. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10231/DISSERTA%c3%87%c3%83O_ALTERADA_ELLEN_VOGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jan. 2023.

APÊNDICE A – QUADRO CONCEITUAL

| CONCEITO | DEFINIÇÃO | AUTOR | REFERÊNCIA |
|------------------------------|--|---------------------------------------|--------------------------------------|
| ARQUIVO CARTOGRÁFICO | [. . .] arquivo contendo representações gráficas, tais como: mapas, plantas, cartas, fotografias aéreas, desenhos técnicos, croquis e outros materiais similares, incluindo os documentos textuais que os acompanham. Tais documentos são chamados de documentos cartográficos. | Dicionário de Termos Arquivísticos | NAGEL, 1991, p. 20 <i>APUD</i> LOPES |
| CARTOGRAFIA | Conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, planos e outras formas de expressão, bem como sua utilização. | Associação Cartográfica Internacional | DUARTE, 2002, p.15 <i>APUD</i> LOPES |
| DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA | Toda espécie de documentos (cartas, mapas, levantamentos, estudos, dados demográficos, rodoviários, ferroviários, etc.) necessários ao preparo e elaboração de mapas. Geralmente se apresenta sob a forma de overlays, mapas com anotações, desenhos, fotografias ou croquis topográficos. | Dicionário Cartográfico do IBGE | Oliveira, 1987, p.164 |
| | “Gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas”. | DBTA | Arquivo Nacional, 2005, p. 74 |
| DOCUMENTO CARTOGRÁFICO | “gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas”. | DBTA | Arquivo Nacional, 2005, p. 74 |

| | | | |
|---------------------------|--|-----------|--|
| DOCUMENTO ICONOGRÁFICO | “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras | DBTA | Arquivo Nacional, 2005, p. 74 |
| | Fundamentalmente se valem de uma linguagem visual baseada em imagens, formas, linhas, cores e signos não textuais para transmitir a mensagem. Estes traços permitem incluir nesta categoria os documentos de natureza fotográfica e cartográfica, assim como as plantas e os desenhos. | CERVANTES | (CERVANTES, 2008, p. 48, tradução nossa) <i>APUD</i> NUÑEZ |
| GÊNERO DOCUMENTAL | Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais. | DBTA | Arquivo Nacional, 2005, p. 99. |
| MAPA | “ para os historiadores , uma definição apropriada seria a de que um mapa é uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia”. | Harley | HARLEY, J.B. Text and Context in the interpretation of Early Maps. In: HARLEY, J.B. The New Nature of Maps. Essays in the History of Cartography. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p.35-36. Tradução de FIALHO. |

| | | | |
|----------------|---|----------|---|
| MAPA | <p>“eu encaro os mapas como uma forma de linguagem (....) O conceito de linguagem se traduz mais facilmente em prática histórica. Ele não apenas nos ajuda a ver nos mapas imagens – espelhos servindo para intermediar diferentes visões do mundo, mas também nos leva a procurar dados empíricos sobre aspectos tais como os códigos e o contexto da cartografia assim como sobre seu conteúdo tomado no sentido tradicional.</p> | Harley | <p>HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins [Online], v. 5, p. 2009, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf Acesso em: 15 de ago de 2022.</p> |
| MAPA | <p>“Representação gráfica, geralmente numa superfície plana e em determinada escala, das características naturais e artificiais, terrestres ou subterrâneas, ou, ainda, de outro planeta. [...]”</p> | Oliveira | <p>OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário cartográfico. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 322.</p> |
| MAPA TURÍSTICO | <p>Mapa elaborado para satisfazer certas necessidades do turismo.</p> | Oliveira | <p>OLIVEIRA, Cêurio de. Dicionário cartográfico. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 336.</p> |
| MAPA | <p>"Representação gráfica, em geral uma superfície plana e numa determinada escala, com a representação de acidentes físicos e culturais da superfície da Terra, ou de um planeta ou satélite".</p> | ABNT | |

| | | | |
|------|---|--|---|
| MAPA | Mapa é uma construção seletiva e representativa que implica o uso de símbolos e de sinais apropriados. Através de um sistema de símbolos mais ou menos complicados, o mapa é também uma mensagem de informação sobre os objetos, as formas, os fatos e as relações contidas no espaço estudado. Alguns desses símbolos são tão claros ou de uso tão corrente que são quase instintivamente percebidos por todos. Outros, mais sutis, devem ser explicitados através de uma legenda. | Joly | JOLY, Fernand. A Cartografia. Campinas: Papyrus, 2007. p. 10, 36. <i>apud</i> LOPES https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40240 |
| MAPA | Documento que descreve, de forma gráfica ou fotogramétrica, geralmente em escala e em meio Documento plano, características físicas e abstratas selecionadas da superfície terrestre ou de um corpo celeste. | Dicionário brasileiro de terminologia arquivística | |
| MAPA | Documento não-diplomático informativo, horizontal. Documento Cartográfico que, num suporte plano, em projeção horizontal e numa escala inferior a 1:10000, representa de forma gráfica características físicas de parte ou da totalidade da superfície terrestre (...). Quadro demonstrativo de população, efetivos militares, pessoal de serviço, eleitores etc. | BELLOTTO | BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. |
| MAPA | “uma representação plana de uma parte ou da totalidade da terra ou de um corpo celeste. Através da utilização de escalas, signos, símbolos e cores, os mapas fornecem diferentes indicações sobre a superfície a representar” | Rousseau e Couture | 1987. ROUSSEAU, J.- Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. 1ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. |

| | | | |
|--------------------------------|---|------------------------------------|--|
| MAPA | “[. . .] documento que representa sob forma gráfica ou fotogramétrica sobre um suporte plano e em escala superior a 20.000 e, características físicas ou abstratas escolhidas, relativas à superfície da terra ou a um corpo celeste. ”. | Dicionário de Termos Arquivísticos | NAGEL, 1991, p. 51 <i>apud</i> LOPES |
| MAPA TEMÁTICO OU ESPECIALIZADO | “representa um fenômeno qualitativo ou quantitativo físico, cultural, político, social ou econômico”. | Rousseau e Couture | 1987. ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. 1ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. |
| MAPA ESPECIAL OU TÉCNICO | Mapas especiais ou técnicos, que são elaborados para fins específicos, com uma precisão bastante variável, de acordo com a sua aplicabilidade. Ex.: mapa astronômico, meteorológico, turístico, zoogeográfico etc. | FITZ | FITZ, 2008, p. 28 <i>apud</i> LOPES |
| ARQUIVO ESPECIALIZADO | “Arquivo cujo o acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras” | DBTA | ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 30 |
| | Arquivo especializado é o que tem sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independente da forma física que apresentem, como por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharia e assim por diante. Esses arquivos são também chamados, impropriamente, de arquivos técnicos. | PAES | PAES (1997, p. 21) <i>apud</i> CARLO MAZO FERREIRA |

| | | | |
|-------------------------|---|--------------|--|
| DOCUMENTOS (RECORDS) | Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. | SCHELLENBERG | SCHELLENBERG, 2006, p. 41) <i>apud</i> NUÑEZ |
| DOCUMENTO ESPECIAL | Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. | DBTA | ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75 |
| | São aqueles que apresentam uma ou ambas das seguintes características: a) a linguagem que empregam para transmitir a informação é distinta da textual, podendo ser iconográfica, sonora ou audiovisual; b) o suporte em que se apresentam é distinto do papel. Ou também sendo desse material, seu formato é diferente dos que usualmente se encontram nos arquivos, exigindo condições particulares para seu armazenamento. | CERVANTES | (CERVANTES, 2008, p. 56) <i>apud</i> CARLO MAZO FERREIRA |

| | | | |
|------------------------------------|--|-----------|--|
| DOCUMENTO ESPECIALIZADO | <p>“Requerem certo domínio para o seu tratamento, de conhecimento não precisamente arquivístico, se não do conteúdo temático dos documentos, assim como do processo administrativo em que se geram e administram. Geralmente, esses arquivos estão vinculados a documentação produzida pelas áreas substantivas da entidade produtora, salvo algumas exceções.”</p> | CERVANTES | (CERVANTES, 2008, p. 56 e 57, tradução nossa). <i>apud</i> NUÑEZ |
| VALOR INFORMACIONAL DOS DOCUMENTOS | <p>A arquivística tradicional postulou a existência dos valores administrativos, jurídicos e históricos ou testemunhais dos documentos. Chamou a atenção para a existência dos valores primários (administrativos e jurídicos) e dos secundários, de natureza testemunhal. Raramente encontra-se algo que esteja além destes valores, que determinariam os prazos de guarda e a aplicação da teoria das três idades. Pouco se tem para objetar contra a definição destes valores. Acredito, todavia, que podem ser desdobrados e acrescidos. Parte-se da ideia de que a noção de valor é, também, uma noção informacional, atribuída às informações registradas. Trata-se, portanto, De uma pós-informação, desenhada pela relação da informação original com o conhecimento da organização, do estado e da sociedade.</p> | LOPES | LOPES, 2009: p. 352 <i>apud</i> NUÑEZ |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).